

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANA CECÍLIA ALCÂNTARA VERA

**MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO E O ‘VOLTAR-SE’ PARA A ÁFRICA:
UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DA QUESTÃO RACIAL NA AGENDA
INTERNACIONAL BRASILEIRA**

UBERLÂNDIA

2018

ANA CECÍLIA ALCÂNTARA VERA

**MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO E O ‘VOLTAR-SE’ PARA A ÁFRICA:
UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DA QUESTÃO RACIAL NA AGENDA
INTERNACIONAL BRASILEIRA**

Monografia apresentada no Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito para a obtenção do grau de
bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dr. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

UBERLÂNDIA

2018

ANA CECÍLIA ALCÂNTARA VERA

**MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO E O ‘VOLTAR-SE’ PARA A ÁFRICA:
UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DA QUESTÃO RACIAL NA AGENDA
INTERNACIONAL BRASILEIRA**

Monografia apresentada à banca examinadora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Uberlândia, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro
INHIS – UFU

Prof. Sandra Aparecida Cardozo
IERI – UFU

Prof. Lara Martim Rodrigues Selis
IERI – UFU

*Esta escrita é dedicada a todos
que, por uma estúpida dominação,
tiveram suas vozes silenciadas e
seus corpos manipulados.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, da forma que puderam, acreditaram e potencializaram minha escrita. Meus pais e meu irmão, por acreditarem na validade e importância de meu objeto de estudo e, principalmente minha mãe, por ouvir, compreender e aprender mais sobre a luta antirracista e sua importância. Meus amigos e minhas amigas, de todos os cantos e culturas, por toda motivação, crença e confiança depositada ao longo de todos esses anos. Minha orientadora, pelos ensinamentos dados e por me possibilitar a criticidade como ferramenta de edificação e resistência.

Pelas pessoas que, mesmo com breves passagens em minha vida, me fortaleceram enquanto ser humano e enquanto ser social. Em especial todas as crianças e adolescentes negros (as) do Assentamento do Glória que tive o prazer de conviver, foram vocês que me ensinaram o verdadeiro sentido da luta antirracista, e o porquê de minha contribuição. Ensinaram-me a respeitar o lugar de fala, a reconhecer meus privilégios e transformá-los em um ato social. Agradeço, também, a todos os indivíduos por trás do que aqui considero um sujeito político, o Movimento Negro Brasileiro. Os agracio pela garra, coragem e insistência diária em combater o racismo, que silencioso ou não, é sempre grosseiro e inoportuno.

“Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele ou de cor, outorgando à pele e a cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do Negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura, a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmagórica, a raça tem estado, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, e terá sido causa de devastações físicas e incalculáveis crimes e carnificinas”

ACHILLE MBEMBE

RESUMO

Analisar o processo de transnacionalização do Movimento Negro Contemporâneo é, também, problematizar conceitos, rastrear acontecimentos históricos e apreender relações de poder. Afinal, a compreensão desse processo se dá interna e externamente sob o impacto da transversalidade de questões como raça, identidade negra, multiculturalismo e de um imaginário com forte carga política, o de “voltar-se” para a África. Responsável pela demanda por uma vinculação entre a promoção da igualdade racial no Brasil e a Política Externa (PEX) voltada para o continente africano, o Movimento Negro, objeto do presente trabalho, ao longo das mudanças sistêmicas, institucionais e de sua própria (re) configuração, teve que se reinventar e acionar dimensões simbólicas e essencialistas para aglutinar forças que se movimentam em direção a uma esfera política internacional. Esta foi a estratégia explicitada, em sua participação na Conferência de Durban (2001), quando o Movimento ganha dimensão nunca vista, elevando-se como ator influente na orientação da PEX, exigindo respostas do Estado e da comunidade internacional para suas demandas. A questão racial, nesse momento histórico, se inseriu na agenda internacional do Brasil. Porém, a análise desse processo, sob perspectiva histórica, evidencia, em contrapartida, um limiar: a legitimidade do movimento e o discurso veiculado permanecem distantes de respostas concretas.

Palavras-chave: Movimento Negro Contemporâneo. Política Externa Brasileira. Relações africano-brasileiras. Identidade Negra.

ABSTRACT

To analyze the process of transnationalization of the Contemporary Black Movement is also necessary to problematize concepts, to trace historical events and to apprehend power relations. After all, the understanding of this process takes place internally and externally under the impact of the transversality thinking about issues such as race, black identity, multiculturalism and an imaginary with a strong political charge, that of "turning" to Africa. Responsible for the demand for a link between the promotion of racial equality in Brazil and the Foreign Policy focused on the African continent, the Black Movement, subject of the present work, throughout the systemic, institutional and its own (re) configuration changes, had to reinvent itself and trigger symbolic and essentialist dimensions to bring together forces moving towards an international political sphere. This was the explicit strategy in its participation in the Durban Conference (2001), when the movement gains a new dimension, rising as an influential actor in the orientation of Foreign Policy, requesting responses from the State and the international community to their demands. The racial question, in this historical moment, was inserted in Brazil's international agenda. However, the analysis of this process, from a historical perspective, shows, on the other hand, a threshold: the legitimacy of the movement and the discourse carried forward remain distant from concrete answers.

Key-words: Black Contemporary Movement. Brazilian foreign policy. African-Brazilian relations. Black Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1- Roquete Pinto e seus prognósticos: uma população cada vez mais branca.....	20
Tabela 02- Quadro comparativo da trajetória do Movimento Negro.....	32

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1: Raça, racismo e identidade negra: uma perspectiva histórica e pós colonial	15
1.1 Os saberes científicos e a partilha da humanidade com base na raça: século XIX	15
1.2 A positivação da categoria e resistência negra no século XX: movimentos em território nacional	19
1.3 Nasce a resistência organizada: as fases do Movimento Negro.....	22
Capítulo 2: Movimento Negro Contemporâneo: novos enunciados, novas articulações..	26
2.1 Movimento Negro Unificado (1978): Como? Quando? Por quê?.....	26
2.2 Um Movimento re (inventado): novas estratégias de luta.....	27
2.2.1 Identidade, negritude e multiculturalismo: embates e conceitos em movimento.....	27
2.2.2 A busca pelo reconhecimento internacional: ressignificar a diáspora africana.....	30
2.3 Novas demandas, maiores articulações: o Estado e o Movimento.....	34
Capítulo 3: Enfim, o respaldo internacional	37
3.1 O Movimento enquanto agente de PEB: Articulação e ambiente institucional.....	37
3.1.1 Indo para Durban: redes, alicerces e início da transnacionalização.....	39
3.2 A Conferência de Durban contra o Racismo e a Discriminação Racial (2001) e a luta antirracista brasileira.....	42
3.3 A questão racial e a PEB para a África: agenda, avanços (e retrocessos).....	45
Considerações Finais	51
Referências	55

INTRODUÇÃO

Pensar, analisar e identificar os mundos atlânticos¹ e a diáspora é um dos caminhos possíveis (e necessários) para se compreender a realidade social e étnica brasileira. Diante da marginalização e até mesmo silenciamento sobre a temática racial e africana no campo das Relações Internacionais, o presente trabalho se insere como uma forma de apreender, dar visibilidade e refletir sobre a importância historicamente conferida (ou não) a atores e temas considerados ainda como secundários, especificamente aqueles referentes ao Movimento Negro Contemporâneo no Brasil, a questão racial e as relações africano-brasileiras, buscando praticar um modo de olhar questionador e afirmativo sobre essas identidades e relações.

Em um primeiro momento, é oportuno elucidar que se opta pela utilização do termo Movimento Negro de forma singular já que está se apontando para aquilo que o diferencia de todos os outros movimentos, ou seja, a sua especificidade, nesse caso, o significante negro (GONZALES, 1982, p.19). As próprias lideranças e os militantes se autodenominam assim, como uma busca por alguma unidade dentro da pluralidade que é o movimento, identificada, aqui, como uma estratégia do sujeito político, o qual se tornou na virada dos anos 2000 um ator. Um ator, pois, pela linguagem acadêmica e discursiva de Relações Internacionais, configurou-se como um agente político transformador, já que tensionou e influenciou o sistema local, nacional e global, seja participando dos canais institucionais de diálogo com outros atores, como o Estado e os organismos internacionais, e, também, devido ao estabelecimento de dinâmicas de mobilização, protestos e reivindicações (MARX, 2012).

Discutir o protagonismo desse ator nos processos que determinaram a elevação da África a uma das prioridades da política externa do Governo Lula, em específico em relação à vinculação entre o externo (Política Externa Brasileira -PEB- voltada para a África) e o interno (promoção da igualdade racial) configura-se como o objetivo do presente trabalho. Para tanto, será preciso, em primeiro lugar, introduzir elementos constitutivos da organização do Movimento, os quais foram e são necessários para compreendermos seu processo e desejo pela pauta de Relações Exteriores, em especial, o de “voltar-se para a África”. O principal destes elementos é o conceito de raça, o qual é reconhecido aqui, assim como fez o

¹ Cunhado pelo historiador norte-americano Bernard Bailyn, o termo “mundo atlântico” é utilizado a partir de 1970/80 em universidades norte-americanas e inglesas para tratar de um território de interações políticas, econômicas e culturais de sociedades que margeiam o oceano e engendram transformações desde o século XV. A expressão evidencia um deslocamento historiográfico que sugere abordar dinâmicas inter-regionais, discutir a escrita eurocêntrica sobre o processo de colonização das Américas e da diáspora africana, discutir as identidades e fronteiras nacionais e exercitar uma perspectiva descolonizadora do discurso historiográfico.

Movimento Negro Brasileiro Contemporâneo, como uma construção social, política e cultural produzida nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico (GOMES, 2005, p.45).

Assim, é de grande valor acompanhar a trajetória do conceito, sem abrir mão de pensar o momento presente e seus desafios (SCHWARCZ, 2003, p. 11). Desde a criação e propagação das teorias raciais criadas no século XIX até seu dismantelamento como aporte biológico explicativo da desigualdade, populações negras foram massacradas física, moral, histórica e socialmente. Por isso, o primeiro capítulo desta monografia aborda de que forma tais teorias, em especial o darwinismo social, deram suporte ao racismo moderno e contextualizaram o início da luta antirracista organizada no Brasil. Do pessimismo relacionado à mestiçagem até sua positivação, na década de 1930, momento em que a feijoada, conhecida antes como prato de escravos, se converte em prato nacional, carregando a representação simbólica da mestiçagem. E, também, em um momento que a capoeira se oficializou como uma modalidade esportiva (antes considerada como crime, no código penal de 1890), as resistências antirracistas foram se organizando e estruturando, mesmo com a invalidez imposta pelo Estado (SCHWARCZ, 2012).

De uma resistência antirracista nacionalista e assimilacionista, o Movimento Negro foi, diante do contexto sistêmico e da necessidade contínua de se reinventar, abrindo-se para o internacional para, enfim, fazer ecoar suas demandas. Assim, o Movimento, que a partir da década de 1970, passou por rupturas que permitem chamá-lo de contemporâneo, sendo o marco de transição para o segundo capítulo do presente trabalho, passa a se reconstruir e existir com novos enunciados e novas articulações. Silenciado durante o Regime Militar (1964-1985), o período de redemocratização possibilitou grande circulação de referenciais e influências da Negritude, inclusive, inicia-se aqui a busca por uma identidade negra multicultural, em que o imaginário² acerca do continente africano aparece pujante, mesmo que de forma essencialista. Assim, o segundo capítulo abordará a associação entre identidade negra, negritude e multiculturalismo, presentes na construção deste “novo” Movimento, com novas concepções e estratégias, visível no documento entregue após a Marcha Zumbi de Palmares, em Brasília, no ano de 1995, com a pauta “Relações Exteriores”, em que o voltar-se para a África aparece com uma forte carga imaginária e política.

² Para Bakzo, refere-se a um sistema de idéias-imagens de representação coletiva mediante o qual as sociedades se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros (CARNEIRO, 2007).

Assim, o terceiro capítulo se inicia, não coincidentemente intitulado de ‘‘Enfim, o respaldo internacional’’. Afinal, é no final da década de 1990 que o Movimento passa a se elevar enquanto agente de Política Externa Brasileira (PEB), principalmente pelas estratégias e agendas anteriormente citados, sem excluir a importância devida das mudanças ocorridas no ambiente institucional e no contexto sistêmico. Isso se consolida, efetivamente, no processo preparatório para a III Conferência Mundial contra o Racismo e a Discriminação Racial, ocorrida em 2001, na cidade de Durban, África do Sul. O local, por si só, traz simbologias e enunciados políticos fortes, já que a escolha representaria o epígono da superação do sistema institucional de segregação na África do Sul. Ademais, o Movimento Negro, em *conjunto*, estava indo à África. Ou ‘‘retornando’’, se se pensa no apego à idéia (polissêmica) de ‘‘África’’ que o Movimento Negro Contemporâneo utilizou para a construção da identidade negra (TRAPP, 2013).

A Conferência de Durban, como será discutida na seção 3.2, representou grandes mudanças para o antirracismo internacional e foi o ápice do processo de transnacionalização do Movimento. Este denunciou o racismo cotidiano e o silenciamento produzido por décadas por parte do Estado brasileiro e anunciou novamente sua pauta de ‘‘voltar-se para a África’’, sob a voz de uma das (várias) mulheres negras brasileiras ali presentes, Edna Roland, escolhida como relatora-geral da mesma. Como será discutido na seção 3.3, da inserção da questão racial na agenda internacional brasileira, o governo respondeu a demanda do ator como uma forma de legitimar-se internamente e externamente, visível no encarte *Brasil sem racismo*. Porém, as respostas encontraram-se distantes de ações concretas idealizadas e demandadas pelo Movimento Negro, e o motivo dessa lacuna encontra-se carregado de aspectos do imaginário, os quais devem, em uma análise de Relações Internacionais, ser considerados, diante dos sentidos que imprime.

O referencial teórico-metodológico escolhido para a presente pesquisa monográfica foram os estudos pós-coloniais, partindo do pressuposto de que estes apresentam uma nova perspectiva teórico-metodológica, a qual contribui para se pensar os sujeitos e poderes no plural e quebrar identidades e hierarquias fixas reproduzidas em discursos eurocêntricos da modernidade. Tal perspectiva dinâmica oferece conceitos e ferramentas para emprendermos estudos alternativos sobre questões relativas às atuais lutas de combate do racismo, uma estrutura de pensamento não moderno que favorece e estimula a percepção anti-hierárquica da história sociocultural (REIS, 2012). Aqui, a definição de Robert Young (2003) sobre o pós-

colonialismo aparece como nota explicativa e de esclarecimento sobre a análise que se pretende realizar:

Postcolonialism involves first of all the argument that the nations of the three non-western continents (Africa, Asia, Latin America) are largely in a situation of subordination to Europe and North America, and in a position of economic inequality. Postcolonialism names a politics and philosophy of activism that contests that disparity, and so continues in a new way the anti-colonial struggles of the past. It asserts not just the right of African, Asian and Latin American peoples to access resources and material well being, but also the dynamic power of their cultures, cultures that are now intervening in and transforming the societies of the west (YOUNG, 2003, p.4).

Assim, o caminho que aqui pretende-se trilhar, convida os leitores para uma mudança de angulação, ampliação do foco e ajustamento da perspectiva do nosso olhar, de modo a lançar luz e perfilar a existência de um ponto de vista para além daquele, que tem como referência a modernidade do homem branco europeu (CAYRES, 2011). Trata-se de outro posicionamento que considera como legítimo o lugar de enunciação e o ponto de partida do colonizado (brasileiro) não branco (negro), ultrapassando os horizontes da história moderna em direção a uma visão pós-colonial.

Por fim, é válido notar que cada um desses eixos aqui citados, raça e racismo, movimentos sociais, e relações entre Brasil e África poderiam ser, isoladamente, objeto de pesquisa e análise para trabalhos específicos, que ganhariam, assim, no particular, mais densidade informativa e analítica. Porém, trata-se de uma análise no campo das Relações Internacionais que se resume ao espaço-tempo de uma monografia de graduação, que por um lado, é impossível não sofrer o impacto da transversalidade de outras questões interdisciplinares que poderiam ser aprofundadas. Entretanto, como exercício analítico, buscou-se percorrer a historicidade de um movimento social brasileiro no último século para enfrentar algumas discussões possíveis (e oportunas) que certamente estão longe de esgotar as possibilidades mais amplas de análise.

CAPÍTULO 1: RAÇA, RACISMO E IDENTIDADE NEGRA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E PÓS COLONIAL

Para Stuart Hall, “Raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo”(HALL, 2003, p.69). E é com o intuito de combater esse racismo, construído social e historicamente, e também suas consequências, que surgiram esforços políticos e discursivos em diferentes períodos da história recente, inclusive o Movimento Negro Brasileiro. O Movimento é pensado, aqui, não apenas como um segmento significativo da população brasileira ou por sua representação, mas como agente político e objeto do presente trabalho.

De antemão, é importante destacar que o conceito de *raça* tem sentidos controversos em seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. Atualmente, quando usado em referência aos traços fenotípicos dos grupos sociais, há amplo consenso de sua inadequação teórica ou impropriedade como conceito biológico, tendo sido definitivamente erradicado pela genética, mas, ao mesmo tempo, multiplicam-se as constatações de sua persistência como realidade simbólica nos seus efeitos sociais (PEREIRA, 2013). Com efeito, sua força é precisamente verificada pelo fato de que este conceito se apoia sobre uma marca “natural”, visível e transmissível de maneira hereditária, dando a possibilidade, assim, de gerar grupos sociais reais ou categorias que podem ser qualificadas como raciais.

Dessa maneira, ainda que colocada sob rasura no campo epistemológico das ciências sociais, a noção de raça ainda permeia o conjunto de relações sociais, atravessa práticas e crenças e determina o lugar e o *status* inferiorizado de indivíduos e grupos na sociedade. Nesse sentido, a pessoa pode ser identificada, classificada, hierarquizada, priorizada ou subalternizada a partir de uma cor/raça/etnia ou origem a ela atribuída por quem a observa (BONNIOL, 1992). Compreender e identificar os sentidos, conceitos e transformações envoltas em torno da noção de *raça* e *racismo*, portanto, é identificar um pouco da história e da permanência da desigualdade racial no Brasil e de seus resquícios, inclusive de práticas de resistência empreendidas no enfrentamento dessa questão.

1.1 Os saberes científicos e a partilha da humanidade com base na raça: século XIX

No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e marco divisor para se estabelecer o conceito de *raça*. Já no século XIX, acrescentou-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo e do formato

do crânio (dolicocefalia³) para aperfeiçoar a classificação. Surge, aqui, a idéia de raça associada às diferenças culturais e morais, isto é, fundada em relação às características biológicas, genotípicas e fenotípicas, hierarquizando os diversos grupos humanos. Os indivíduos da raça “branca”, no processo de significação do “outro”, como o referente nos jogos binários da identidade, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, que, para eles, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos. E, assim, mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra, mais escura de todas, conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2005).

Dominar, no presente artigo, carrega um importante significado material e imaterial, afinal, relaciona-se às origens do racismo e suas formas de sustentação. Para dominar, desde Hegel⁴, a inferioridade “natural” dos negros era afirmada e reafirmada, destruindo sua saúde mental e capacidade intelectual ou moral. Os discursos da Filosofia, da História Natural e da medicina higiênica, além do senso comum, repetiam inúmeras vezes sobre sua animalidade, falta de higiene, desorganização e aversão aos valores morais. Dominadores provocavam nos dominados dúvidas sobre seu caráter, até sentirem culpa e internalizar essa inferioridade (FANON, 1968).

De onde surgiram essas hierarquizações? Quem as fomentou? Até quando o conceito tinha aporte biológico? Essas são algumas das indagações necessárias para dar-se início às discussões. As associações citadas, entre características biológicas e morais, foram consolidadas e propagadas particularmente a partir das teorias raciais que se consolidaram ao longo do século XIX, as quais deram um caráter científico para o conceito e alimentaram o

³ Paul Broca (1824-1880) importante anatomista e craniologista francês, defendia claramente que as diferenças na forma e proporção dos crânios repercutiam na capacidade física, motora, cognitiva, racional e moral dos indivíduos (SCHWARCZ, 1993, p. 54). No entanto, além do formato da cabeça, analisava-se também a capacidade craniana, alegando-se que o “cérebro” dos pardos, negros e amarelos era menor do que dos brancos, e mesmo entre indivíduos brancos, haveria variações, sendo estes resultados da miscigenação com raças inferiores.

⁴ Em Filosofia da História, Hegel afirma e explica a inferioridade da África e dos africanos. Para ele: “O caráter tipicamente africano é (...) de difícil compreensão, pois para apreendê-lo temos que renunciar ao princípio que acompanha todas as nossas ideias, ou seja, a categoria da universalidade. A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência. (...) O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo”. Disseminada no ocidente, a matriz do pensamento Hegeliano, entre outros, contribuiu para fundamentar perspectivas filosóficas e científicas duradouras (e dominadoras) que explicam o mundo e hierarquizam as sociedades (HEGEL, 1995, pp. 83-84).

desenvolvimento dos racismos no Brasil e no mundo atlântico⁵. É o racismo pseudocientífico que, ali e aqui, se institucionalizou. Tais denominações podem ser vistas, por exemplo, na escrita de um naturalista e médico sueco do século XVIII, Carlos Lineu, o qual, ao elaborar um quadro explicativo da espécie humana, criou uma taxonomia que buscava legitimar uma classificação, dividindo o *homo sapiens* em quatro raças:

Europeus albus (Europeu): (...) engenhoso, inventivo (...) branco, sanguíneo(...) é governado por leis.

Americanus rubescens (Americano): contente com sua sorte, amante da liberdades, moreno irascível, governado pelos costumes.

Asiaticus luridus (Asiático) (...) orgulhoso, avaro, amarelado, melancólico (...) É governado pela opinião.

Afer niger (Africano) (...) astuto, preguiçoso, negligente (...) negro, fleumático (...) É governado pela vontade arbitrária de seus senhores (LINEU apud POLIAKOV, 1974, p. 137)

Como Carlos Lineu conseguiu relacionar a cor da pele com a inteligência, a cultura e as características psicológicas num esquema sem dúvida hierarquizante, construindo uma escala de valores nitidamente tendenciosa? Os elementos dessa hierarquização, não por acaso presentes e veiculados no conhecimento ocidental, sobreviveram ao tempo a aos progressos da ciência e se mantêm ainda no imaginário coletivo das novas gerações, em pleno século XXI. A explicação físico-biológica teve importante papel ou funcionalidade para desenhar e atribuir sentidos às diferenças, as ciências naturais influenciaram as ciências humanas e a desigualdade passou a ser explicada por leis naturais, através da ideia de evolução, de progresso e de civilização. Assim, pode-se perceber que a antropologia física transformou o conceito de raça (PEREIRA, 2013).

Várias teorias raciais tiveram destaque no século XIX e influenciaram na construção e permanência do racismo brasileiro. A *Teoria da Curva do Sino*, de James Watson, as *Ideias de beleza*, de Georges Louis Leclerc e os estudos do Conde de Gabineau, registrados em sua principal obra, *Essai sur l'inégalité des races humaines (1853)* são exemplos de estudos e teorias científicas muito influentes, desenvolvidas por naturalistas europeus para justificar a construção daquelas identidades sociais inferiorizadas, bem como a dominação sobre os corpos negros. Aqui, é preciso destacar o Darwinismo social, ou “teoria das raças”,

⁵ Conceito que contribui como ferramenta teórica para interpretar a escravidão e a diáspora, o vínculo de séculos entre América e África.

desenvolvida por Herbert Spencer, o qual sublinhou hipóteses contidas em *A origem das espécies*, publicado em 1859 por Charles Darwin, para explicar a evolução, legitimar a superioridade da raça branca e defender a ideia de hierarquia racial (PEREIRA, 2013).

Em relação à esfera política, o darwinismo representou uma base de sustentação teórica para práticas da época que hoje podem ser consideradas de cunho bastante conservador - as raças humanas, enquanto “espécies diversas” deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado -. Essa abordagem situava de forma pessimista a miscigenação, exaltava a existência de “tipos puros”- não sujeitos a processos de miscigenação- e a compreendia como sinônimo de degeneração não só racial, mas, sobretudo social (SCHWARCZ, 1993).

Como prática avançada do darwinismo e da medicina surgiria, nesse período, a eugenia⁶, cuja meta era intervir na reprodução das populações. Proibiam-se os casamentos inter-raciais, desejava-se um aprimoramento das populações, e, dessa forma, se tornou um movimento social e científico de forte influência a partir de 1880, o qual incentivava uma administração científica e racional da hereditariedade, introduzindo políticas sociais de intervenção para estabelecer-se uma “seleção social desejável” (SCHWARCZ, 1993).

Essas idéias chegaram tardiamente ao Brasil, ganhando mais força após a desmontagem da escravidão. Foi em um contexto onde os centros de ensino brasileiros – cidadelas letradas – se fortaleciam, e de grande circulação e influência do pensamento positivista, evolucionista e determinista. O final do século começa a criar um movimento de originalidade no pensamento cientificista brasileiro em relação às teorias raciais. A cópia direta de teorias européias, bem como a inautenticidade da produção acadêmica brasileira, passa a ser criticada por alguns segmentos. As idéias foram aplicadas em um contexto de fim da escravidão e na construção de um novo modelo político. Assim, os conceitos de evolução, degeneração social⁷, perfectibilidade⁸ e eugenia se consolidaram e começaram a se envolver como soluções para o “problema” de um país miscigenado, como o Brasil (SCHWARCZ, 1993).

No que tange à questão racial brasileira, inúmeras mutabilidades e particularidades ocorreram, principalmente na metade do século XX. Do pessimismo relacionado à

⁶ O termo eugenia provém de eu:boa, genus:geração, criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton (SCHWARCZ, 1993).

⁷ Introduzido pelo jurista Cornelius de Pauw para designar o Novo Mundo com inferioridade (SCHWARCZ, 1993).

⁸ Conceito chave na teoria humanista de Rousseau, a perfectibilidade anunciava os vícios da civilização, a origem da desigualdade entre os homens (Idem, 1993)

mestiçagem até sua positivação, vista na obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933), populações negras foram massacradas física, moral, histórica e socialmente. Portanto, dedicaremos a próxima seção para analisar algumas dessas experiências singulares em terreno nacional, destacando, assim, as resistências negras organizadas que ali surgem diante de tanta opressão e da imposição de normas políticas, as quais favoreceram o processo de enfrentamento e posterior dismantelamento do caráter científico de Raça.

1.2 A positivação da categoria e a resistência negra no século XX: movimentos em território nacional

A fim de iniciar a presente seção, parece sugestivo e significativo demonstrar o diagrama prognóstico criado por E. Roquette Pinto, antropólogo e presidente do I Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, o qual defendia a aplicação de uma política eugenista radical e da teoria degeneracionista da mestiçagem. Roquette Pinto, portanto, se enganaria, e seu projeto de eugenia hoje pode ser considerado um fracasso. Afinal, de acordo com o Censo de 2010, foi constatado que dos 191 milhões de brasileiros, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil como indígenas. Registrou-se uma redução da proporção de brancos, que em 2000 era 53,7% e em 2010 passou para 47,7%, e um crescimento de negros (de 6,2% para 7,6%) e pardos (de 38,5% para 43,1%). Sendo assim, a população negra e parda passou a ser considerada maioria no Brasil (50,7%) (BRASIL, 2012).⁹ O prognóstico, portanto, não pode ser lido sem que se observem os desejos sociais e os poderes políticos que nele se imprimem.

⁹Os dados completos podem ser visualizados no seguinte link: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>.

Tabela 1- Roquette Pinto e seus prognósticos: uma população cada vez mais branca



(Fonte: SCHWARCZ, 1993, p.97)

Não apenas, mas principalmente no Brasil, desde o fim do século XIX e início do XX, o conceito de raça foi sendo operado em aliança aos conceitos de nação e classe, sendo utilizada politicamente na construção do Estado-Nação brasileiro. De um lado, no início da República e com o “fim” da escravidão, era cada vez mais forte na política o discurso daqueles que buscavam construir uma nação moderna e embranquecida, como as nações européias. Afinal, acreditava-se na superioridade racial dos brancos, e por outro lado, depois, talvez com menor ressonância, dos que passaram a utilizar a raça de outra maneira, de forma ressignificada, como um instrumento de luta por direitos, para a construção de identidades, como é o caso do Movimento Negro Brasileiro (PEREIRA, 2013).

Mas, como seria possível construir uma identidade nacional - naquele momento ligada diretamente à ideia de raça que se constituía - com uma população cuja maioria descendia de africanos e indígenas que foram escravizados e considerados inferiores? Para isso, utilizou-se muito da metáfora darwinista, da sobrevivência dos mais aptos, e pela sugestão da eugenia para sugerir políticas públicas que, entre outras coisas, implicavam na “limpeza étnica”, a partir de uma linha neo-lamarckiana¹⁰, visão dominante entre os franceses, com os quais mantinham fortes ligações intelectuais (PEREIRA, 2013).

¹⁰ O Neo-lamarckianismo defendia que as deficiências genéticas poderiam ser superadas em uma única geração (TELLES, 2003:45).

Para a “limpeza étnica” ocorrer de fato, os “ideólogos do branqueamento” criaram uma política de imigração européia cuja consequência foi a vinda de quase quatro milhões de imigrantes europeus em menos de 40 anos, sendo o período mais intenso entre os anos de 1890 e 1920. Desse número, quase um milhão de migrantes tiveram sua passagem de navio paga por subsídios do Estado, e algumas famílias européias também receberam 50 acres de terra. Instituiu-se, em 1890, um decreto que objetivava regularizar o serviço de introdução e localização de imigrantes no Brasil, restringindo a vinda de imigrantes da Ásia ou da África (PEREIRA, 2013).

As teorias raciais discutidas no Brasil eram inspiradas por formulações racionalistas que deram suporte ao surgimento do racismo moderno e influenciariam fortemente a intelectualidade brasileira até a década de 1930, como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. No início do século XX, a vertente predominante era a de posituação da miscigenação, visando solucionar o “problema do negro”, otimista de que esse processo levaria à constituição de um povo superior, nos moldes europeus (GALA, 2007, p.75). O século XX surge, ainda, com fortes influências desses estudos raciais. Por exemplo, na década de 1920, negros norte-americanos tiveram seus vistos negados, já que a embaixada brasileira nos EUA, principalmente o Ministro das Relações Exteriores da época, José Manoel de Azevedo, recomendava recusar vistos para todos os imigrantes negros que desejavam se destinar ao Brasil, independente da posição social. Torna-se visível o desejo de “branqueamento” também na Constituição de 1934¹¹, a qual previa o estímulo à educação eugênica (PEREIRA, 2013).

A década de 1930 descortinou outra matriz de pensamento social que ganhou grande notoriedade. Década da publicação da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, traz à tona a ideia do paraíso racial, de posituação da mestiçagem. De certa forma, embora salientando a perspectiva culturalista, ele se aproxima com o discurso de base biológica do século XIX, trazendo a ideia da *democracia racial*, baseado na dupla mestiçagem, biológica e cultural, entre as três raças originárias. Assim, acabou por se tornar o centro da construção da própria identidade nacional, sendo composta por três peças fundamentais, segundo Joel Rufino dos Santos:

- a. As relações de raça são harmoniosas;
- b. A miscigenação é o aporte específico à civilização planetária;

¹¹Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...] b) estimular a educação eugênica; [...]

c. O atraso social dos negros se deve exclusivamente ao seu passado escravista (SANTOS, 1985, p.288).

No Brasil, o *mito* de democracia racial atenuou durante muitos anos o debate nacional sobre a desigualdade racial e paralelamente a falácia do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional). Segundo Munanga, atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro (MUNANGA, 2003). Assim, é oportuno, segundo Gala, buscar identificar e reconhecer as origens do racismo no Brasil, porque a percepção e atuação do Estado brasileiro, e mais precisamente do Itamaraty, sobre a questão racial e sua consequente formulação para apresentação ao público externo, é fator responsável pela exportação, e, em certa medida, consagração, até passado recente, desse *mito* (GALA, 2007, p.72).

Assim, pode-se perceber que as teorias raciais modernas europeias e norte-americanas que se consolidaram no século XIX alimentaram o desenvolvimento dos racismos no Brasil, mesmo o racismo velado, sob o véu da falsa democracia racial. Porém, não se tratou de um ato unívoco e unicamente impositivo. Essas ideias e estudos foram questionados por intelectuais negros em diversas regiões do planeta e impulsionaram, por outro lado, as lutas anticoloniais e antirracistas. Tal como W. E. B Du Bois, o qual questionou a moderna ideia de raça consolidada no século XIX na Europa e nos EUA, a partir da defesa de uma noção mais sócio-histórica do que biológica (PEREIRA, 2013).

O conceito também foi questionado por Franz Boas, o qual produziu um grande número de trabalhos colocando em xeque a associação direta entre biologia e cultura ainda no século XX (PEREIRA, 2013). Ademais, e o que aqui nos interessa, o Movimento Negro, que desde o início do século XX, refletia a partir de escritas em jornais, de intervenções, de mobilizações e articulações, a sua resistência, sendo sua ação condição *sine qua non* para enfrentar e dismantelar tal matriz do pensamento, mas, para tal feito, enfrentou inúmeros obstáculos e controvérsias, até mesmo em seu projeto interno.

1.3 Nasce a resistência organizada: as fases do Movimento Negro

O Movimento Negro, para efeito de localização conceitual, aparece como movimento social com formação complexa de um conjunto de entidades, pessoas e organizações que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida da população negra, sendo diverso e plural na sua constituição e nas estratégias utilizadas. Na presente escrita e análise reconhece-se a amplitude dada ao conceito de Movimento Negro, englobando entidades religiosas,

quilombos, associações recreativas e muitos outros grupos. Mas, diante do objetivo proposto para o trabalho, daremos enfoque às organizações políticas negras. Por isso, a fim de construir uma abordagem sobre as resistências e atuações do Movimento Negro brasileiro, ator de destaque nessa pesquisa monográfica, e sua consequente internacionalização- abertura internacional- para o continente africano, a divisão feita por Petrônio Domingues (2007) parece pertinente.

Para o autor, a primeira fase do Movimento Negro deu-se no início do século XX até o Golpe do Estado Novo, em 1937. Esse movimento, na época, de caráter assimilacionista, carregava consigo um forte nacionalismo, logo, a aproximação com outras culturas, outras nacionalidades, inclusive ao continente africano, não passava pelos planos do Movimento. Havia correspondências com a Angola, mas não havia concordância, o que havia era uma necessidade de afirmação daquele movimento enquanto uma manifestação de brasileiros, acima de tudo e todos.

É dessa articulação que surge uma importante organização, no ano de 1931, a Fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), como uma resposta ao discurso da democracia racial. Sua criação se deu logo após a revolução de 1930, com grande apoio e incentivo da “imprensa negra” de São Paulo, juntamente com grêmios e clubes que foram surgindo, como o Centro Cívico Palmares (1926). A FNB chegou a registrar-se como partido político, reclamava justiça social, pela inserção do negro na sociedade. Porém, destaca-se que a FNB foi um projeto fundamentalmente de caráter nacionalista, inclusive descartava a mobilização pela defesa das manifestações culturais africanas, como o candomblé e a umbanda (PEREIRA, 2013). Tal característica pode ser pensada como um denominador comum de todo o esforço inicial de mobilização de sujeitos em áreas distintas da cultura, sobretudo urbanas – São Paulo e Rio de Janeiro - com a finalidade de demarcar em espaço, uma expressão identitária e um movimento social.

A segunda fase, segundo o autor, deu-se no processo de redemocratização, após o Estado Novo, até o golpe militar de 1964. Nesse período, em continuidade à primeira mobilização, um número crescente de organizações negras se formou, nas décadas de 1940 e 1950, com o propósito de construir um movimento que pudesse afirmar publicamente a identidade racial negra. É nesse período que se deu o surgimento do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, por Abdias do Nascimento, o qual buscava construir vias racionais de estratégias políticas para a integração dos negros. Aqui, é relevante destacar a grande

inspiração do movimento *Négritude*¹², que teve enorme importância nos debates intelectuais contra o racismo e o colonialismo na primeira metade do século XX, principalmente no mundo francófono¹³ (PEREIRA, 2013).

Termo cunhado pelo poeta, dramaturgo e político de Martinica, Aimé Césaire, juntamente com o senegalês Léopold Sédar Senghora, a Negritude representava uma aliança em torno da rejeição ao saber eurocêntrico, à assimilação cultural por parte da comunidade negra, à valorização da cultura negra. A Negritude estava aliada à tarefa de “desalienação” e expressava o desmonte e a revolta contra um discurso que inferiorizava negros e negros, contra um discurso de opressão e subordinação por hierarquizações criadas (CÉSAIRE, 1987). Portanto, o conceito não deve ser entendido como um termo passivo, afinal, refere-se a um instrumento voltado para a *práxis* política.

Durante essa fase do Movimento, mais do que um sistema de idéias, a negritude era uma filosofia de vida, uma bandeira de luta de forte conteúdo emocional e mítico, capaz de mobilizar o negro brasileiro no combate ao racismo, redimi-lo do seu complexo de inferioridade e, por conseguinte, pretendia-se que fornecesse as bases teóricas e políticas da plena emancipação. Porém, deve-se destacar que ainda era muito restrito à elite intelectual negra. Seu conceito popularizou-se no país com o tempo, ampliando seu raio de inserção social e adquirindo novos significados. É apenas no final da década de 1970 que negritude tornou-se sinônimo do processo mais amplo de tomada de consciência racial do negro brasileiro, na fase Contemporânea do Movimento, a qual será abordada no próximo capítulo (DOMINGUES, 2005).

Ainda nessa fase houve a formação de uma agenda antirracista, contrária ao ideal do branqueamento da população brasileira, à aceitação dos valores estéticos brancos e à detração da herança cultural africana. Assim, torna-se perceptível que houve mudanças, principalmente no que tange ao projeto nacionalista anterior. Exemplo disso é a realização de um protesto organizado pela Associação Cultural do Negro (ACN) em 1958, contra a discriminação racial na África do Sul e nos Estados Unidos. Nesse contexto, foi sugerida a criação de um comitê de solidariedade aos povos africanos, criando, assim, contatos entre a ACN e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que lutou pela independência do país, de

¹² A palavra *négritude* em francês deriva de *nègre*, termo que no início do século XX tinha um caráter pejorativo, utilizado normalmente para ofender ou desqualificar o negro, em contraposição a *noir*, outra palavra para designar negro, mas que tinha um sentido respeitoso. A intenção do movimento foi justamente inverter o sentido da palavra *négritude* ao pólo oposto, impingindo-lhe uma conotação positiva de afirmação e orgulho racial (DOMINGUES, 2005).

¹³ Percebe-se a importância do Movimento até mesmo na Imprensa Negra brasileira, em 1948, no Jornal Quilombo, em que foi feito um periódico dirigido pelo senegalês Alioune Dioup, o *Présence Africaine*.

orientação marxista e pró-soviética. Perceba o significado que a África vai criando para os negros brasileiros no início da década de 1960, como se estivesse sendo descoberta naquele momento (PEREIRA, 2013). É nessa etapa que se dá o início da construção de uma identidade negra multicultural, a qual se consolida no período Contemporâneo do Movimento, como uma nova estratégia de resistência e ressignificação de simbologias¹⁴.

Por último, mas também de suma importância, destaca-se que outro fator contribuinte para o antirracismo da época, a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a partir da divulgação dos resultados do projeto sobre relações raciais no país, entre 1952 e 1955, sob a responsabilidade de Roger Bastide e Florestan Fernandes¹⁵. Com o *Projeto Unesco*, a Organização desenvolveu intenso programa para esclarecer a opinião pública internacional a respeito das falsas bases científicas do racismo, procurando estimular o debate e sobretudo evitar que a diversidade fosse transformada em desigualdade, e o projeto tornou-se um instrumento sólido para o Movimento Negro (SCHWARCZ, 1993).

Diante das questões discutidas, percebe-se que a crítica do *mito* da democracia racial começa a aparecer nos discursos acadêmicos e políticos combinada à promoção da negritude, dos valores da cultura negro-africana contida em nossa civilização e, mesmo que de forma embrionária, do multiculturalismo. Inicia-se, aqui, uma influência do pensamento social acerca da questão racial que resultaria nos debates dos estudos Pós-Coloniais no Movimento, não somente de Aimé Césaire, mas de Frantz Fanon, influente pensador do século XX sobre as subjetividades e condições materiais envoltas no processo de descolonização. Inicia-se, aqui, as alianças e formação de redes de intelectuais africanos, europeus e americanos do norte, centro e sul. Identidade negra, negritude e multiculturalismo: três conceitos que, a partir de então, passam a ser associados. Mas, como essa vinculação resistiu e como foi utilizada estrategicamente pelo Movimento? Seria esse o início de uma pauta internacional do ator?

As respostas para as presentes indagações aparecem quando se trata da fase mais recente desse Movimento, que, de acordo com Domingues (2007) e aqui acatada, o Movimento Negro Contemporâneo, surgido na década de 1970, mais especificamente, em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), o qual recebeu maior impulso na pós-ditadura militar. Esse Movimento, ator doméstico que se tornou, na década de 1990 e

¹⁴ A Identidade negra multicultural será abordada no capítulo 2 do presente trabalho, já que aparece como uma estratégia do Movimento Negro Contemporâneo, a qual não era antes discutida e reafirmada.

¹⁵ Foi Florestan Fernandes quem cunhou a expressão *mito da democracia racial*, exatamente no ano de 1964. O Movimento Negro passou, então, a utilizá-la também para "opor-se à ideologia oficial patrocinada pelos militares e propalada pelo luso-tropicalismo (GALA, 2007, p.80).

início dos anos 2000, também internacional, configura-se como o objeto prioritário do presente trabalho, por isso, o próximo capítulo será destinado a tratar de suas articulações, mobilizações e agendas, com respectivas simbologias/ significados, que nos permitem considerá-lo como um ator decisivo na orientação da Política Externa Brasileira (PEB) no que tange à concepção de uma Política Africanista.

CAPÍTULO 2: MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO: NOVOS ENUNCIADOS, NOVAS ARTICULAÇÕES

2.1. Movimento Negro Unificado (1978): como? Quando? Por quê?

No final dos anos 70, emergem inúmeros movimentos sociais, com variadas configurações, demandas e reivindicações. Organizados em torno da luta comum pela democracia, esses movimentos impõem-se como novos atores e forças sociais. No contexto da chamada abertura democrática, emerge e se organiza também uma série de movimentos e organizações sociais de caráter antirracista (TRAPP, 2011).

Entre eles, em 1978, inicia-se em São Paulo o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Mais tarde, denominado apenas Movimento Negro Unificado (MNU), e será importante referência para a luta antirracista em todo o Brasil, para tanto, sua organização e articulações devem ser entendidas em suas particularidades e ambiguidades. Não se pode falar de um movimento unificado e combativo desde sua fase inicial de organização (SILVA, 2007, p. 76), nem mesmo de um aspecto estanque e unívoco. O Movimento Negro Contemporâneo, no Brasil, perpassou transformações simbólicas e materiais que, no presente trabalho, precisam ser compreendidas, já que nos levam a entender as relações Brasil-África nos anos 2000.

Entender a atuação do Movimento é, acima de tudo, ir além da visão estadocêntrica que tende a ignorar como a Política Externa Brasileira (PEB) voltada para o continente africano reflete e impacta nas relações entre Estado e sociedade como uma via de mão dupla. Assim, no presente capítulo, pretende-se analisar as agendas/plataformas /significados desse Movimento, o qual adquire maior respaldo e representatividade- tanto nacionalmente quanto internacionalmente- somente na década de 1990.

A princípio, parece relevante destacar o primeiro ato organizado pelo MNUCDR - a manifestação nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo-, considerado um protesto pela

morte do operário negro Robson Silveira no 44º Distrito Policial de Guaianazes e também pelo racismo sofrido por atletas negros proibidos de frequentar o Clube Tietê (DUTRA, 2012, p.41). O ato foi uma manifestação pública ao regime repressor que o país vivia (PEREIRA, 2013, p. 249). O MNUCDR significou um amadurecimento do movimento negro, que, a partir da década de 1970, reformulou sua mobilização por meio de passeatas e enfrentamento direto ao regime militar, acompanhando a tendência do surgimento de novos movimentos sociais no Brasil, como o movimento sindical, estudantil e outros (LEITÃO, 2012).

Embora o período tenha demonstrado avanços na configuração do Movimento Negro, suas conquistas frente ao Estado brasileiro em meados da década de 1970 foram insuficientes. Em primeiro lugar, houve dificuldade em mobilizar os mestiços e negros que não se identificavam com a identidade negra. Tal identidade estava em plena construção e afirmação pelo movimento negro deste período, assim como o próprio Estado negava a existência do racismo. Em segundo lugar, devido ao caráter autoritário do regime, permaneceu escassa a participação da militância dentro do aparelho burocrático do Estado, mantendo-se uma política claramente oposicionista que pouco afetava a necessidade de o Estado responder a pressões sociais por meio da reconfiguração de políticas públicas, sobretudo da política externa (SILVA; TROITINHO, 2016).

Porém, na década de 1980, com o retorno ao Brasil de lideranças políticas exiladas durante o regime militar, o Movimento ganhou novo impulso. Em contato com a nova esquerda norte-americana e européia, essas personalidades desenvolveram percepções inovadoras a respeito de estratégias de combate ao racismo. Ademais, é partir daí que os movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial, fazendo com que a questão racial passasse a ser, aos poucos, incluída nos programas dos partidos de centro-esquerda do país (DOMINGUES, 2008). O Movimento Negro, aqui, não passou a carregar o significado de contemporâneo apenas pelo marco temporal, mas sim pelos novos enunciados que orientavam sua agenda política em circulação, como a identidade negra e a negritude, e de articulações que se faziam cada vez mais amplas.

2.2. Um Movimento re (inventado): novas estratégias de luta

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: i) Desmistificação da democracia racial brasileira; ii) organização política da população negra; iii) transformação do Movimento Negro em movimento de massas; iv) formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; v) organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; vi) luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares; vii) afirmação da identidade negra; viii) busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007).

Abordar todas essas reivindicações transcende o escopo deste trabalho, portanto, nas próximas seções serão destacadas as últimas duas, diante da relevância que possuem para se compreender o “voltar-se para a África” como pauta referendada pela PEB nos anos 2000.

2.2.1 Identidade, negritude e multiculturalismo: embates e conceitos em movimento

Diante dos acontecimentos, articulações e reflexões até aqui expostas, faz-se necessário discutir sobre as várias concepções dadas à identidade, no âmbito do debate político e acadêmico sobre o multiculturalismo e o pensamento da diferença. O objetivo principal desta sessão é explorar os pontos de interrogação que começam a se aglutinar em torno da Identidade Negra, falou-se muito sobre a mesma, mas o que ela representa? Como ela se constrói? Por que ela é importante para se analisar as relações africano-brasileiras sob a ótica proposta?

Pode-se perceber que os enunciados da pauta política do movimento, a essa altura, parecem reveladores do novo momento de experiências, demandas e programações que se explicitam nas articulações do Movimento sob tais condições históricas. O debate sobre a questão da raça se desdobra no mundo contemporâneo e faz-se necessário aprofundar a discussão sobre identidade no âmbito da política e, também, da academia. Afinal, é este âmbito que incorpora novos questionamentos e aprofunda o espectro do multiculturalismo e do pensamento da diferença, os quais serão agora discutidos.

Para Stuart Hall (1992), em relação à concepção sociológica interacionista e moderna, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade, a partir de um diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as vastas identidades que esses mundos oferecem. A identidade, então, costura o sujeito à estrutura. Porém, esse mesmo sujeito, tomado sob o ponto de vista pós-moderno, está se tornando fragmentado, composto não mais de uma única

identidade, mas de várias, tornando-se móvel. A identidade é, sob tal ótica, vista em processo de construção, formada e transformada cotidianamente em relação às maneiras pelas quais os indivíduos se sentem representados (HALL, 1992, p.12).

Portanto, a identidade negra e a identidade nacional brasileira não eram e nem são excludentes, mas se sobrepunham e se sobrepõem em diferentes momentos, e, como não se trata de algo estanque, isolado e rígido, mas histórico e processual, se transformam. Assim, antecipadamente, do ponto de vista do paradigma das ciências contemporâneas, deve-se ter em mente a questão da alteridade, isto é, o eu e o outro, o universal e o particular, a unidade e a diversidade, o ego e o alter, que se combinam quando se pretende analisar a construção de identidades (MUNANGA, 2005).

Para isso, a discussão sobre o termo multiculturalismo, que é, por si só, plural, deve ser feita, já que descreve um conjunto de estratégias e processos políticos sempre inacabados (HALL, 2003, p. 51), como um significante oscilante. Para esta pesquisa, especialmente, nos interessa o multiculturalismo crítico - ou de resistência -, que surge no Movimento Negro Contemporâneo como uma forma de superar as exclusões, as hierarquias das opressões e de fortalecer a luta, independente do território.

No Movimento Negro Contemporâneo, o multiculturalismo passa a ser associado à negritude, como uma estratégia potencial de resistência e aliança, para além de uma oposição binária fixa (particularismo x universalismo). Tornou-se substantivo, designando as “estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais” (HALL, 2003, p. 52). As particularidades do (a) negro (a) brasileiro (a) deveriam ser respeitadas e enaltecidas, mas, partindo do significado que a negritude passa a representar para a luta antirracista organizada como um processo de construção de uma consciência racial, que na esfera cultural atuou em busca de [...] ver o acervo dos valores civilizatórios culturais de seus ancestrais serem incluídos na narrativa brasileira sem serem manipulados pelo Estado, como fez o Estado Novo nacionalizando o samba e o erigindo como símbolo de brasilidade (AMADOR, 2008, p. 186), o diálogo com o Atlântico Negro deveria assumir outros contornos (TRAPP, 2013, p.57).

Negritude, para Césaire, define-se como o ato de assumir ser negro e ser consciente de uma identidade, história e cultura específica, podendo ser definida em três aspectos: identidade, fidelidade e solidariedade. A primeira consiste no orgulho racial, expressando-se, por exemplo, na atitude de proferir com altivez: sou negro! Já a fidelidade refere-se à relação

de vínculo com a herança ancestral africana, em um sentido mítico de “terra mãe”, e a solidariedade seria o sentimento de união, mesmo que de forma não consciente, de todos os negros, para além de qualquer fronteira (MUNANGA, 2009, p.44). Como assevera Abdias do Nascimento sobre a negritude:

A Negritude [...] trata-se da assunção do negro ao seu protagonismo histórico, uma ótica e uma sensibilidade conforme uma situação existencial, e cujas raízes mergulham no chão histórico-cultural. Raízes emergentes da própria condição de raça espoliada. Os valores da Negritude serão assim eternos, perenes, ou permanentes, na medida em que for eterna, perene ou permanente a raça humana e seus subprodutos histórico-culturais (NASCIMENTO, 1968, p.50)

Assim, nessa nova fase do Movimento, a afirmação e ressignificação da identidade negra aparecem como uma forte marca, sob influência não só da Negritude, mas de estudos teóricos intitulados atualmente como Pós Coloniais, como, por exemplo, os escritos de Frantz Fanon. *Pele negra, máscaras brancas*, uma das principais obras do pensador, foi publicada no Brasil apenas em 1983. É a Editora Fator, especialista em obras psicanalíticas, quem o faz. Apesar de a edição ter sido impressa no Rio de Janeiro, a Fator estava sediada em Salvador, onde também o Movimento Negro Unificado editava o seu jornal de circulação nacional (GUIMARÃES, 2008, p. 112). No entanto, foram os jovens estudantes negros dos anos 1970 e 1980 que, no Brasil, leram e viveram Fanon, fazendo dele um instrumento de consciência de raça e de resistência à opressão, ideólogo da crítica e do movimento que pretendia fazer uma completa revolução na democracia racial brasileira.

As referências a esse fato pululam na literatura. Na pesquisa que Alberti e Pereira coordenam no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) sobre o Movimento Negro Brasileiro Contemporâneo, oito militantes citam espontaneamente Fanon, ao falar de sua formação: Amauri Mendes Pereira, Gilberto Roque Nunes Leal, Hédio Silva Júnior, José Maria Nunes Pereira, Luiz Silva (Cutí), Milton Barbosa, Regina Lucia dos Santos e Yedo Ferreira. Em pesquisa semelhante, conduzida por Márcia Contins, seis militantes exploram também as perspectivas psicológicas, sociológicas e políticas de Fanon (GUIMARÃES, 2008, p.112).

A consciência da negritude, naquele momento, parecia preocupada em constituir mecanismos de fortalecimento do movimento e articular o processo de ressignificação identitária entre os militantes e a população negra no Brasil, conformando uma ideia de povo unificado e coeso, que teria como meio de expressão o próprio Movimento Negro. Assim,

para Costa (2006, p. 144), acompanhando ainda que com alguma distância espaço-temporal os movimentos políticos na Europa e na África, são os conceitos ‘consciência’ e ‘conscientização’ que passam a ocupar, nessa nova fase, lugar decisivo na formulação das estratégias do movimento. Trata-se da tentativa de esclarecer a população negra sobre sua posição desvantajosa na sociedade, para, assim, constituir o sujeito político da luta antirracista (TRAPP, 2011).

É importante notar que o processo de recriação de uma identidade negra também percorreu o caminho da manipulação corporal, uma vez que o corpo sempre foi instrumento de resistência negra pela autoafirmação, em decorrência do embate com o padrão hegemônico branco (AMADOR, 2008, p. 127; SANSONE, 2004, p.24). O corpo negro representou um corpo explorado que esteve completamente a mercê da vontade do homem branco (MBEMBE, 2014, p. 40) e por isso, sofreu a negação de suas características. Ressalta-se a clara oposição entre a imagem de liberdade criada por essa autoafirmação (corporal, cultural, religiosa) com o momento de repressão vivenciado pelo regime militar (PIRES, 2015, p. 39).

2.2.2 A busca pelo reconhecimento internacional: ressignificar a diáspora africana

Assim, percebe-se que a discussão acerca da identidade no Brasil sofreu um revés e ganhou novos contornos. De uma identidade ancorada na noção da não conflitualidade étnico-racial, passou-se à reivindicação de uma identidade negra, que procura reconhecer-se na dimensão de um conflito histórico maior, isto é, com olhos voltados para a África e para os negros da diáspora¹⁶. A consciência e o sentimento de pertencimento ao movimento da negritude e à cultura negra constituem-se em um contexto transnacional de lutas e experiências da população negra, intermediado pelo potencial político e conceitual do Atlântico Negro, que, de acordo com Paul Gilroy (2001), conforma também as ideias do antirracismo, agindo na rearticulação constante do sentido político da identidade e da cultura negra nos diversos contextos locais (TRAPP, 2011).

Houve a incorporação do padrão de beleza, da indumentária e da culinária africana. Também se desencadeou um processo de questionamento dos nomes ocidentais como única referência de identidade dos negros brasileiros. Muitas crianças negras, recém-nascidas, passaram a ser registradas com nomes africanos, sobretudo de origem iorubá. Até no terreno

¹⁶ A **diáspora negra** é o nome dado a um fenômeno histórico e social caracterizado pela imigração forçada de homens e mulheres do continente africano para outras regiões do mundo, marcado pelo fluxo de pessoas e culturas através do Oceano Atlântico e pelo encontro e pelas trocas de diversas sociedades e culturas, seja nos navios negreiros ou nos novos contextos que os sujeitos escravizados encontraram fora do continente.

religioso houve um processo revisionista. Se nas etapas anteriores o Movimento Negro era notadamente cristão, impôs-se a cobrança moral para que a nova geração de ativistas assumisse as religiões de matriz africana, particularmente o candomblé, tomado como principal guardião da fé ancestral (DOMINGUES, 2007, p.116).

A atuação do Movimento Negro engendrou, então, um visível deslocamento discursivo da identidade nacional em prol de uma identidade étnica comum, no bojo de contextos transnacionais de trânsito de idéias, informações e pessoas. Ou seja, a ligação com a África tornou-se central para o Movimento no sentido de ressignificar a identidade. Nos anos 90, o discurso de ligação com a África se popularizou, trazendo consigo uma nova concepção estética e outros referenciais políticos em conjunto com práticas centradas na musicalidade, na corporalidade e na performatividade cultural (PEREIRA, 2008, p. 66). A memória africana é crucial, portanto, para conformar a identidade e potencializar o alcance da luta antirracista (TRAPP, 2011). A crença em uma memória da cultura africana guardada no inconsciente que poderia ser resgatada só faz sentido ao falarmos em negritude ou africanidade. Algo, por assim dizer, peculiar e inerente aos negros, portanto naturalizado no nível do discurso e que os diferencia dos demais ou dos “outros” (SILVA, 2007, p. 102).

De forma objetiva, é possível perceber algumas das principais diferenças entre as fases do Movimento Negro em relação às perspectivas teóricas-políticas, às articulações, às estratégias culturais e as associações identitárias no quadro comparativo elaborado por Domingues (2007):

Tabela 02- Quadro comparativo da trajetória do Movimento Negro

Quadro comparativo da trajetória do movimento negro na República			
Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Tipo de discurso racial predominante	Moderado	Moderado	Contundente
Estratégia cultural de “inclusão”	Assimilacionista	Integracionista	Diferencialista (igualdade na diferença)
Principais princípios ideológicos e posições políticas	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “direita”, nos anos 1930	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “centro” e de “direita”, nos anos 1940 e 1950	Internacionalismo e defesa das forças políticas da esquerda marxista, nos anos 1970 e 1980

Conjuntura internacional	Movimento nazifascista e pan-africanista	Movimento da <i>negritude</i> e de descolonização da África	<i>Afrocentrismo</i> , movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África
Principais termos de auto-identificação	Homem de cor, negro e preto	Homem de cor, negro e preto	Adoção “oficial” do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afro-descendente”
Causa da marginalização do negro	A escravidão e o despreparo moral/educacional	A escravidão e o despreparo cultural/educacional	A escravidão e o sistema capitalista
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política (“negro no poder!”), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial
Métodos de lutas	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais	Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional
Relação com o “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial
Capacidade de mobilização	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda	Movimento social de vanguarda
Relação com a “cultura negra”	Distanciamento frente alguns símbolos associados à cultura negra	Ambigüidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura	Valorização dos símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba,

(Fonte: Domingues, 2007)

O quadro é uma síntese de muitas discussões importantes e suas reproduções. Aqui, não esgota a necessidade de se retomar o debate, por exemplo, em termos de sua abrangência, organização, particularmente em torno de algumas orientações e tensões mais ou menos significativas que se pode observar em diferentes agremiações, mobilizações, lugares e temporalidades – por exemplo, não contempla as relações não menos complexas e conflitantes entre as idéias em debate nos núcleos da academia, nos redutos políticos ou culturais.

Ressalta-se, entretanto, o aspecto de que aqui o continente africano aparece como um território imaginário minimamente sistematizado para dar combustível à necessidade de se

forjar uma identidade negra, esta que dá sentido para a própria luta, que mesmo com a diáspora (e justamente em razão dela), tem pujante necessidade de juntar o que está disperso. Mas não só, a necessidade de parceria vem, também, como uma parceria política e emblemática de interesses legítimos, de combate aos efeitos da escravidão e do colonialismo, marcos históricos de extrema relevância para a compreensão dessas relações para além da antiga relação de trocas primárias ou da mera necessidade econômica e comercial. Isso fica visível não somente pelo fato de que os Movimentos de descolonização da África Lusófona foram influentes para a nova configuração do ator, mas sim pela atuação internacional demandada, visível em um ato de grande ressonância do Movimento Contemporâneo, a Marcha sobre Brasília.

Ocorrida em 20 de novembro de 1995, no centro político-administrativo da Capital Federal, no tricentenário da ‘‘imortalidade’’ de Zumbi dos Palmares, a Marcha reuniu cerca de 20 mil pessoas. Na ocasião, a tônica do discurso não era apenas de “denúncia e protesto, mais do que isso, exigiu-se do governo e dos poderes constituídos a busca das soluções, a serem concretizadas através dos programas de ação anti-racistas em todos os domínios” (MUNANGA, 1996, p.90). Todos os domínios incluindo o amparo internacional, mais precisamente, do Atlântico Negro.

Na opinião da intelectual e militante Sueli Carneiro, a Marcha teve uma relevância inusitada, extremamente singular na nossa história. Para ela:

Foi o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo. Acho que foi um momento também emblemático, em que nós voltamos para as ruas com uma agenda crítica muito grande e com palavras de ordem muito precisas que expressavam a nossa reivindicação de políticas públicas que fossem capazes de alterar as concepções de vida da nossa gente. Foi um processo rico, extraordinário (CARNEIRO, Sueli in ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 345).

2.3 Novas demandas, maiores articulações: o Estado Brasileiro e o Movimento

Ao fim do ato, ativistas do Movimento, representantes das ONGs de Mulheres negras, de sindicatos e de comunidades negras rurais foram recebidos no Palácio do Planalto, sob a coordenação de Edson Cardoso (ex-chefe de gabinete do deputado Florestan Fernandes). Assim, houve a formalização de uma proposta de agenda política com a entrega do "Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial" ao presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito no mesmo ano. O documento apresentava um diagnóstico da desigualdade racial e da prática do racismo, além de denúncias e estratégias em prol do antirracismo. Uma dessas pautas, a qual se pretende especialmente atentar no presente trabalho, é a pauta de

“Relações Exteriores”. Observa-se que, conforme os discursos veiculados no âmbito do movimento são visíveis o desejo por uma pauta internacional em relação à inserção da questão racial na agenda internacional brasileira, tal como se pode verificar no trecho a seguir:

[...] A omissão da comunidade internacional no combate ao racismo, à fome e à pobreza no mundo, denunciada pelo presidente Nelson Mandela, por ocasião da reunião comemorativa dos 50 anos da ONU, possui nítido corte racial e é uma das manifestações do racismo no plano das relações internacionais. Caso a compreensão da fome e da miséria não estivesse associada, de modo implícito, à suposta incapacidade congênita dos povos não brancos, certamente os programas e acordos de cooperação teriam dimensões verdadeiramente solidárias e humanistas. Em lugar de endossar o coro pessimista e racista, o Brasil deve considerar a ricas experiências de combate ao racismo- como as que tão urgentemente se realizam na África do Sul [...] O reordenamento da “política africana” do Brasil implicará não só o aumento das parcerias, como a modificação da base para o estabelecimento das mesmas (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995).

No documento, constata-se, portanto, uma omissão histórica da comunidade internacional que, poderia ser superada a partir do reconhecimento da ONU sobre a importância em se enfrentar o racismo como mecanismo responsável pela fome e a miséria, e adverte no sentido de que o Brasil deve proceder a um reordenamento da “política africana” em ampliar as parcerias e se inspirar nas experiências em andamento na África do Sul. Além da constatação e advertência em termos de políticas objetivas, o documento alerta em relação à necessidade de se estabelecer não apenas relações econômicas e diplomáticas, mas sobretudo intervir na produção de uma “nova cultura”, que promova a afirmação e o reconhecimento da “identidade negra”. Como se observa, no trecho seguinte:

[...] Por décadas, a ideia de povos irmãos tem sido uma componente decorativa dos discursos oficiais, enquanto o inconsciente coletivo de sociedade brasileira permanece povoado por uma África fantasmagórica e exótica. Tais imagens servem, aliás, para afirmar a diferença como excentricidade e determinar o lugar dos negros nas estruturas sociais, inclusive nas Américas. Esta constatação se consolida ao tempo em que a diplomacia e as grandes negociações junto do continente não resultam, nem poderiam resultar, em uma nova cultura disseminada no seio da sociedade brasileira, orientada para o reconhecimento e afirmação positiva de uma identidade com o universo negro (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)¹⁷.

Como resposta imediata, o governo criou um primeiro esforço mais ou menos objetivo para discutir a questão racial no Brasil, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SNDH). Com isso, o governo neoliberal objetivou responder a antigas reivindicações do movimento negro, com o intuito de prevenir o agravamento de suas

¹⁷ O documento completo pode ser acessado em : < <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia/docset/910>>.

pressões e de fundar sua legitimidade política em meio às insatisfações sociais com o Estado (DIAS, 2004).

Percebe-se que ocorrera, então, a intensificação de uma visão que localiza na chamada “População Negra” o objeto do racismo e da discriminação. Por outro lado, há a potencialização de uma gama de mecanismos e técnicas de poder daquilo que Michel Foucault (1976) vai chamar de biopolítica, o tipo específico de poder que investe sobre a vida das populações. Nesse sentido, faz-se menção aqui, em primeiro lugar, à proeminência que o Estado brasileiro passa a assumir nos desígnios do antirracismo; contudo, o que chama mais atenção no documento do GTI são as medidas que visam à realização de estudos e à ampliação dos sistemas de coleta de dados (estatística) sobre a população negra, como no caso das pesquisas levadas a cabo pelo Ipea e pelo IBGE (TRAPP, 2013, p.62)

Para Foucault, a estatística configura-se como uma ferramenta fundamental na economia de poder biopolítica e para as técnicas em torno da governamentalidade, das condutas e da constituição das subjetividades, no caso étnicas. A ênfase na estatística, amparada por um amplo escopo historiográfico nas Ciências Sociais brasileiras, encontra, a partir desse momento, o diálogo entre o governo FHC e o Movimento Negro, solo fértil para o início de um desenvolvimento mais efetivo e como garantia para legitimar-se enquanto governo (TRAPP, 2013, p.62).

Foi nos anos 1990 que o Estado assumiu como parte de sua agenda política as reivindicações do Movimento Negro. A inação do Estado, agora republicano, a qual teve papel decisivo no processo constante de marginalização da população oriunda da escravidão negra e mestiça no país, não era mais possível. A omissão do Estado frente ao racismo passou a ser insustentável, agora, a luta antirracista mudou, impondo novas configurações e formas de organização do Movimento. A partir desse período, a resistência em relação a interlocuções com instituições internacionais e com o poder público era cada vez menor, surgindo novas possibilidades de atuação.

Assim, torna-se impossível a não percepção de que as dimensões políticas estão atreladas, ou entrelaçadas, isto é, o interno é imprescindível para compreender o externo, por isso, é necessário ter em mente o pressuposto de que as Relações Internacionais e, mais precisamente, uma Análise de Política Externa (APE) se dá a partir de dois níveis, o doméstico e o internacional. Tal pressuposto tem origem em reflexões recentes, baseadas em

uma evolução teórica da APE, a qual descentralizou o papel do Estado no processo decisório, ao incorporar mais atores e introduzir o plano doméstico na mesma (ALLISON, 1971; LIMA, 2013; SYNDER ET AL, 1954), possibilitando pensar o objeto do presente trabalho no campo das Relações Internacionais. Aqui, têm-se a importância do modelo proposto por Robert Putnam (1988) no artigo “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of the Two-Level Game”, no qual ele demonstra que política doméstica e externa estão entrelaçadas, uma vez que o confronto político no nível doméstico irá impactar na política externa (PUTNAM, 1988).

Portanto, no capítulo seguinte, pretende-se discutir e embasar a hipótese inicial: como uma demanda interna coaduna-se com o “voltar-se para o externo”. O Movimento Negro Contemporâneo, aqui tomado como ator doméstico, articulou-se e, assim, transnacionalizou-se, passando a ensejar seu lugar enquanto agente definidor dos rumos da Política Externa Brasileira. Essas duas facetas passam a coexistir de forma pujante em determinado momento histórico. Considera-se que o Movimento, nas Relações Internacionais, se tornou ator influente para além do Estado brasileiro, tornou-se uma variável explicativa importante e protagonista sobre a conduta estatal no nível internacional, se levarmos em conta como a questão racial passa a se inserir na agenda internacional brasileira. Porém, para que o mesmo se elevasse a ator-agente de Política Externa Brasileira, contou com a contribuição de outros dois fatores, que mesmo não retirando o papel que o Movimento protagonizou, devem ser considerados para uma análise de relações internacionais: o arranjo institucional da década de 1990 e, também, o contexto histórico sistêmico.

CAPÍTULO 3: ENFIM, O RESPALDO INTERNACIONAL: DIÁLOGOS, TRANSNACIONALIZAÇÃO E ECO DA LUTA ANTIRRACISTA BRASILEIRA

3.1 O Movimento Negro enquanto agente de PEB: articulação e ambiente institucional

É fato dizer que houve, na década de 1990, mudanças nas práticas políticas e uma pluralização de atores. Afinal, a PEB não é linear nem estanque. Assim como toda Política Pública, a mesma sofre mudanças em suas agendas e atores por motivos sistêmicos e de acordo com as agendas dos governos. Diferentes atores são portadores, ademais, de representações sociais e marcos interpretativos (MILANI, 2012). Exemplo disso é o Movimento Negro Contemporâneo, o qual teve sua atuação acompanhada e entrelaçada por outras transformações domésticas, como a abertura do Itamaraty por meio de foros

consultivos e formação de delegações mistas, a ruptura de seu insulamento burocrático, o aumento da visibilidade da agenda de PEB e a evolução do padrão organizacional das ONGs anti-racistas, como, por exemplo, as de mulheres negras. Assim, naquele contexto, o Itamaraty passa a -ter de- se tornar uma polifonia de vozes (MILANI, 2012).

Além disso, houve uma evolução do próprio regime de direitos humanos, fator importante a ser considerado diante do fato de que o combate ao racismo no âmbito internacional se insere no campo de Política Externa Brasileira em Direitos Humanos (PEB-DH). Também se devem considerar os choques externos produzidos no período que corroboraram com o fim da separação clássica entre o *in* e o *out*, recontextualizando os campos da *high* e da *low politics*¹⁸ (MILANI, 2012). Esses fatores resultaram na maior complexificação das agendas políticas (domésticas e internacionais), fazendo com que os atores tradicionais da política externa fossem levados- na verdade, constrangidos- a considerar cada vez mais as visões e as demandas de atores não centrais e não estatais nos processos decisórios, como é o caso do Movimento Negro.

Na luta pela emancipação, ou seja, pela construção de uma “consciência negra” e pela mobilização para a conquista de política pública inclusivas, o Movimento Negro brasileiro ampliou sua capacidade de assegurar respostas do Estado, o que colaborou para transformações de políticas externa (SILVA; TROITINHO, 2016). O diplomata e o soldado, descritos na versão tradicionalista como os protagonistas clássicos da PEX (MILANI, 2012), passaram a ter de se acostumar com a companhia de outros atores, como os representantes de Movimentos, já que essas duas categorias de atores passam a (ter de) se sentar lado a lado para a definição de uma agenda comum (GALA, 2007). Exemplo disso foi sua participação, ativa e crítica, nos três níveis (o preparatório, o em si e o posterior) na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, no ano de 2001, a qual faz parte do fator sistêmico favorável à elevação do Movimento enquanto ator influente nas Relações Internacionais, assunto que será aprofundado nas seções posteriores.

A relevância de Durban emerge, então, para além dos dias da Conferência. Desde sua sugestão, feita por um embaixador brasileiro, e também pelo fato de ter tido como relatora-

¹⁸ Termos das Relações Internacionais os quais se referem aos temas de maior (*high*) e menor (*low*) importância pelos atores internacionais dentro da agenda internacional. Antes as *high politics* referiam-se apenas às questões de segurança e interesses estratégicos, mas diante da pluralização de atores nas RI, temas como Direitos Humanos tem ganhado maior respaldo.

geral uma mulher negra brasileira, a Conferência já carregava demandas efetivas por mudanças e promessas - mesmo que algumas delas, feitas pelo Estado, tenham acabado por se tornar falsas, já que partiam de um discurso culturalista com retórica vazia-.

3.1.1 Indo para Durban: redes, alicerces e início da transnacionalização

Primeira metade do século XX: o outro lado do Atlântico chama atenção, é na África Austral, mais precisamente na África do Sul e, em menor escala, na Rodésia (atual Botswana) que um regime de segregação racial se constituía política oficial de organização social. No ano de 1948, não por acaso no mesmo ano da Declaração dos Direitos Humanos, ocorria a instituição do *apartheid*¹⁹, o qual consumiu grande parte das energias e atenção das Nações Unidas no tocante à questão racial no século XX (TRAPP, 2013).

A luta contra o apartheid sul-africano, aliada aos processos envolvendo a descolonização na África e na Ásia no pós-guerra, foi tema de vários encontros e conferências da ONU ao longo das décadas de 1960-1980²⁰. Como, por exemplo, as primeiras Conferências Mundiais de combate ao Racismo, realizadas em Genebra, respectivamente em 1978 e 1983. Infelizmente, ambas não obtiveram visibilidade pública no Brasil, afinal, a disposição brasileira na luta antirracista era, até então, uma retórica considerada vazia e a delegação brasileira ainda insistia em propagar a falsa harmonia racial – visível na fala do embaixador Carlos Calero Rodrigues na II Conferência²¹ - (TRAPP, 2013).

Sublinhando mais uma vez, é somente na década de 1990 que esse discurso e disposição deixam de ser inócuos. Somente nesse período que a racialização da luta política e o diálogo institucional estabelecido entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro tem condições históricas para ocorrer, período em que, para além das articulações nacionais e dos arranjos institucionais, a questão racial passa a ser abrigada sob o “guarda-chuva” dos direitos humanos, fazendo com que o viés sistêmico tivesse relevância (GRIN, 2010). No Brasil, a relação entre as conferências sociais da ONU, o Estado e o Movimento Negro

¹⁹Regime que institucionalizava aberta divisão social, territorial e de direitos políticos baseada em critérios raciais, o qual, favorecendo a minoria *afrikaner* (branca), relegava a população negra a condições socioeconômicas degradantes e a confinava nos chamados “bantustões”, características que fizeram desse regime um dos mais horrendos capítulos da história do racismo na história contemporânea.

²⁰ Na década de 1960, há a constituição da *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*, sancionada pelo Governo brasileiro em 1969, sob a batuta ditatorial de Médici-contendodeliberações calcadas nos direitos humanos, sobre os mais variados temas relacionados ao racismo e ao sistema de normas jurídicas montado para sua elisão, nos planos tanto nacional quanto internacional.

²¹ Carlos Calero Rodrigues, o embaixador brasileiro na segunda conferência, lembrou, em seu discurso, da “[...] harmonia racial existente no Brasil e ao desenvolvimento progressivo de uma sociedade não-racial em que o fator racial se mostre irrelevante nas inter-relações sociais” (apud SILVA, 2008, p. 79) **63.

possibilitou o surgimento de novos campos de ação política para as lutas antirracistas. Portanto, o contexto internacional também configurou-se como fator de pressão para que o Estado passasse a ter uma obrigatoriedade em relação às demandas da população negra. Particularmente, a Conferência de Durban configurou-se como uma inflexão para a inserção da questão racial na agenda política, mesmo que com certas limitações (TRAPP, 2013).

É também nesse mesmo período, mais precisamente em 1994, o fim do regime aparteísta, coroado com a posse de Nelson Mandela como Presidente da República da África do Sul, escolhido em eleições livres em que, pela primeira vez, participara todo o povo do país. Tal momento expõe emblematicamente as novas condições históricas globais que pressionam os regimes autoritários e as políticas racistas ou excludentes, fenômeno que ganha ressonância também no Brasil, criando caminhos para uma visão mais nítida do racismo. Enquanto esses fatos pareciam demonstrar a viabilidade de uma conferência mundial imbuída de novo espírito, outros elementos, velhos e recentes, fortaleciam a necessidade de sua realização. Após a eliminação, com auxílio das sanções da ONU, do sistema constitucional aberrante que erigira a segregação em essência do Estado mais poderoso da África Subsaariana, numa época em que a igualdade formal entre as raças já fora estabelecida por lei em quase todos os países, era preciso que o mundo "globalizado" atentasse para as manifestações estruturais do racismo contemporâneo (ALVES, 2002).

Vigorosamente denunciado no Brasil pelo Movimento Negro e por apoiadores e simpatizantes, inclusive membros da Academia, o racismo insidioso, consciente ou inconsciente, que mantém grandes contingentes populacionais em situação de inferioridade social é, quiçá, mais difícil de combater do que as manifestações ostensivas de inferiorização racial, na medida em que se dissimulam debaixo de direitos civis distorcidos. Afinal, uma conferência sobre esse tema, por mais global que se comprovasse, iria tratar de assuntos para eles particularmente incômodos. Complexa, mas não-irrealista nas circunstâncias da década, a Conferência contra o Racismo se afigurava onírica, mais do que ingênua, no contexto de realização (ALVES, 2002).

Convocada no ano de 1997, já de antemão iniciou-se uma intensa mobilização do Movimento Negro para a preparação da participação no evento das Nações Unidas, processo que acabou por desnudar também novas configurações discursivas sobre racismo/antirracismo no Brasil em sua relação com os temas da cidadania e identidade nacional. Deu-se início, assim, às três conferências preparatórias para Durban em que o Movimento Negro esteve ativamente presente, em Santiago (Conferência Regional das Américas em 2000), Genebra e

no Rio de Janeiro (Conferência Nacional em 2001). Pela primeira vez, o Brasil expôs suas mazelas raciais em âmbito internacional. (TRAPP, 2013)

Com o objetivo de promover uma melhor articulação entre as organizações da sociedade civil dedicadas às causas do antirracismo e da luta contra a discriminação, o Governo Brasileiro, através da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), instituiu, em setembro de 2000, o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, o qual obteve papel importante durante o processo político em torno de Durban (BRASIL, 2000). Além da SEDH, no âmbito institucional do Governo Federal tiveram participação relevante na condução do processo o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e a Fundação Cultural Palmares. De forma inusitada, a linguagem adotada em boa parte das conferências regionais e dos textos dos seminários denotava uma imagem racial do Brasil que nem de longe lembrava o ufanismo da “democracia racial” presente até décadas recentes, tornando-se incontestável, a partir de ali, a invisibilidade da questão racial como debate público no Brasil (TRAPP, 2013).

A Conferência das Américas tornou-se, portanto, ponto fulcral para a transnacionalização do discurso político do Movimento Negro. Foi em Santiago que o papel das mulheres negras emergiu como o ponto central das reivindicações do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil, já que estabeleceu uma rede latino-americana e caribenha de mulheres negras, e, paulatinamente, se afina e dialoga com o internacionalismo antirracista de uma matriz basicamente multiculturalista. Além disso, no esforço de encontrar uma terminologia comum para as populações da diáspora africana nas Américas rumo a Durban, as diferentes delegações – e o Brasil em especial – pactuaram o termo “afrodescendente” como a denominação consensual (TRAPP, 2013). Sobre esse ponto, diz Edna Roland:

[...] o conceito de “afrodescendentes” foi negociado lá em Santiago [...] Enquanto o movimento no Brasil, ao longo dessas décadas todas de existência, construiu uma estratégia de mudança do sentido da palavra “negro”, em outros países da América Latina o trabalho foi no sentido de mudança da palavra [...] houve, digamos, uma recusa da palavra “negro” e uma substituição pela palavra “afro”, colocada como um prefixo ao termo da nacionalidade de onde se está falando [...] Porque afroboliviano, afro-colombiano é sempre específico. O termo afrodescendente, então, era o termo genérico aceito por todos (apud ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 381).

Essa rede é um exemplo de que os principais parceiros do Movimento Negro brasileiro foram, inicialmente, homólogos no próprio continente americano e não na África. Conforme o relato da ex ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Matilde Ribeiro, e também de militantes de organizações negras, a aproximação,

na década de 1990, entre as comunidades de afrodescendentes na América Latina e Caribe é notória, ao passo que ainda eram incipientes os esforços de aproximação com a sociedade civil e os governos africanos em torno de uma agenda de viés racial. A Diáspora revelou-se, até então, mais próxima do que a própria África. Mas isso iria e teria que mudar: a demanda do Movimento pela construção da identidade negra exigia reconstrução da idéia e do sentido de uma África, portanto exigia uma (re) aproximação (GALA, 2007).

Assim, é preciso registrar que o processo de preparação da Conferência de Durban também já refletia um quadro interno diferenciado, em que o Movimento Negro se apresentava, pela primeira vez, como ator proeminente na discussão de temas que afetavam diretamente a comunidade negra (GALA, 2007). O Movimento Negro, em *conjunto*, estava indo à África. Ou “retornando”, se se pensa no apego à idéia (polissêmica) de “África” que o Movimento Negro utilizou para a construção da identidade política negra a partir dos anos 1970 no Brasil, já discutida anteriormente (TRAPP, 2013). Aqui, a África aparece como um território imaginário para dar combustível à necessidade de uma identidade negra e que dá sentido para a própria luta, que mesmo com a diáspora, tem pujante necessidade de juntar o que está disperso para existir social e politicamente.

3.2 A Conferência de Durban contra o Racismo e a discriminação racial (2001) e a luta antirracista brasileira

Acompanhar a Conferência de Durban é revisitar, repensar e registrar as transformações do comportamento da política externa brasileira sobre a questão racial no Brasil. Afinal, a participação da delegação brasileira - uma das maiores presentes, com aproximadamente 500 delegados-, iniciada no início do ano 2000, passando por várias cidades do Brasil, Santiago do Chile e por Genebra, finalmente dava-se em Durban, de 28 de agosto a 7 de setembro de 2001. A fim de representar o epígono da superação do *apartheid*, a escolha do local- pensada desde o primeiro momento- representa um grande valor simbólico, mais precisamente, de que o racismo estrutural e os estigmas da escravidão deveriam ser discutidos (THOMAZ; NASCIMENTO, 2003)

A ONU, os governos nacionais, as ONGs e movimentos sociais de todo o mundo se reuniram para discutir as questões do racismo, da intolerância e da xenofobia na contemporaneidade. A delegação brasileira teve uma atuação destacada na Conferência, no sentido de que muitas de suas propostas e reivindicações encontraram eco nos fóruns

internacionais e respaldo perante a comunidade internacional (TRAPP, 2011). A Conferência de Durban constituiu um marco para um espectro amplo de organizações e movimentos sociais no Brasil, pois forneceu à opinião pública mundial, - crescentemente sensibilizada pelas intrincadas interações entre distintos fenômenos associados ao racismo e à discriminação racial-, um conjunto de subsídios normativos elaborados em torno do emprego de instrumentos mais eficazes no combate às suas manifestações contemporâneas (THOMAZ; NASCIMENTO, 2003).

Ao longo do período que durou a Conferência, representantes do Estado brasileiro e da sociedade civil presentes na África do Sul procuraram oferecer um panorama sobre a situação em nosso país que contribuísse para um debate. De um lado, representantes do governo brasileiro destacavam os avanços do país no que diz respeito à superação de uma injustiça histórica, enquanto de outro lado, líderes, militantes, movimentos e organizações sublinhavam o muito que havia por fazer, além de chamar a atenção para a particularidade do Brasil no que diz respeito ao tratamento da “questão racial” (THOMAZ; NASCIMENTO, 2003).

E, para se ter uma ideia aproximada dos feitos, limitações e avanços ocorridos na Conferência, convém que se tome em consideração todos os “temas” por ela tratados, pois todos eles continham fontes de controvérsias, as vezes surpreendentes (ALVES, 2002). Os “temas” da Conferência eram:

- Fontes, causas, formas e manifestações contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata;
- Vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata;
- Medidas de prevenção, educação e proteção voltadas para a erradicação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância correlata nos níveis nacional, regional e internacional;
- Provisão de remédios efetivos, recursos, correção, assim como medidas [compensatórias] e de outra ordem nos níveis nacional, regional e internacional;
- Estratégias para alcançar a igualdade plena e efetiva, inclusive por meio da cooperação internacional e do fortalecimento das Nações Unidas e outros mecanismos internacionais para o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata, assim como o acompanhamento de sua implementação (ONU, 2001)

Percebe-se, portanto, que Durban seria um espaço de amplo debate também sobre outras tipologias de discriminação, como a islamofobia, o anti-semitismo, xenofobia, o

repúdio aos romanis (conhecidos também como gitanos e nômades) e o genocídio dos povos indígenas. Porém, para efeito da análise aqui desenvolvida, o presente trabalho se limita ao racismo em relação à população negra, e como a pressão e intervenção de uma coletividade tomou os mecanismos internacionais como uma forma de luta, resistência e ressonância. Assim, no que tange a esse recorte, destaca-se que houve inúmeras disputas (retóricas) em torno das chamadas “reparações” pelo tráfico transatlântico, pelas atrocidades cometidas com o escravismo e o colonialismo europeu.

Discordava-se sobre a questão da responsabilização histórica pelo legado do tráfico transatlântico de escravos e do colonialismo europeu. De um lado, as delegações de muitos países (africanos e suas diásporas) bradavam pela condenação do tráfico transatlântico como crime de lesa-humanidade e, com base nisso, exigiam reparações pelos males do passado. Do outro lado do debate estavam, principalmente, os países europeus, que de tudo faziam para obstar o debate sobre a questão, que viam sob um prisma eminentemente negativo. A questão das reparações pela escravidão, a que se associava a idéia de um pedido de perdão pelo colonialismo, foi, sem dúvida, das mais complexas, inclusive por não se tratar de reivindicação unívoca (ALVES, 2002).

Outro fato que merece ser lembrado, pela ironia de que se reveste, foi a quantidade de vezes que, em meio a negociações emperradas sobre os assuntos mais delicados, certas delegações européias fizeram questão de afirmar sua não aceitação da noção de raça. Por mais meritória que fosse a recusa dessa noção, ela, em geral, funcionava como mero complicador adicional de discussões já acirradas. Além disso, é preciso ter em mente que, se elevada a extremos, essa rejeição fora de contexto poderia esvaziar a razão da Conferência, e dos demais instrumentos de combate ao racismo. Por uma questão de lógica, a inexistência de “raças” poderia representar inexistência de “racismo”, justificando uma inação, que ninguém ousaria, na Conferência, suscitar como posição (ALVES, 2002). Apagar o significante poderia significar o oportuno apagamento de experiências violentas do presente e do passado, tal como sublinha Alves:

[...] Como se Ernest Renan, Le Bon, Lapouge, Gumplowicz, Franz Gall, John Hunt e o velho conhecido Gobineau, sem falar de Spencer e Galton, ou, mais tenebrosamente, do nacional-socialismo alemão, não tivessem sido europeus, inspiradores de políticas conseqüentes (ALVES, 2002).

Uma grande importância da delegação brasileira pode ser mensurada pela escolha de Edna Roland, à época pertencente à ONG *Fala Preta*, organização de mulheres negras, como relatora da Conferência. O simbolismo da presença de Roland na relatoria refletia a posição

de destaque que tanto as articulações de mulheres negras quanto o Brasil desejavam adquirir na cena antirracista global naquele contexto. Durban marca, portanto, um novo estágio no processo de transnacionalização do Movimento Negro no Brasil – processo que, como enfatiza Gilroy (1993), Costa (2006), Sansone (2007), entre outros, sempre foi parte constituinte da cultura negra/antirracista global em sua relação com a dinâmica história da diáspora africana (TRAPP, 2013).

O Movimento Negro passava a assumir de forma mais marcante uma identidade política negra calcada nos ditames da *doxa* multiculturalista da ONU, de caráter transnacional. Assim, a transnacionalização do discurso e a ação política do Movimento Negro no contexto de Durban marcam também a desconstrução e o abandono definitivo dos discursos oficiais calcados em uma “democracia racial” como norte sociopolítico no Brasil (TRAPP, 2013). O Movimento viu na Conferência uma chance de denunciar o ilusório paraíso racial, realizando, assim, grandes contribuições na escrita da Declaração e no Programa de Ação de Durban.

Diante daqueles fatos, apesar de reconhecer as inúmeras críticas (limitações e insucessos) de natureza e níveis variados sobre a Conferência, aqui buscamos expor e analisar os pontos positivos que comportou, mesmo que não da forma ideal e contínua, para a luta antirracista brasileira. Além dos 2.300 delegados oficiais de 163 países, sendo 16 Chefes de Estado ou de Governo, 58 Ministros de Relações Exteriores e 44 Ministros de outras pastas, quase 4.000 representantes de organizações não-governamentais e 1.100 jornalistas foram registrados pela ONU em Durban. Parece legítimo dizer que um encontro de tais proporções pode ter sido tudo, menos irrelevante. Os documentos de Durban trazem novos conceitos e compromissos importantes, particularmente para o combate ao racismo estrutural brasileiro (ALVES, 2002). E, o que será destacado a seguir, é de que forma essa luta, que torna-se internacional, se desenvolveu.

3.3 A questão racial e a PEB para a África: agenda, avanços (e retrocessos)

Parece adequado concluir, ainda que provisoriamente, o desenvolvimento do presente trabalho sublinhando as deliberações aprovadas em Durban, feitas por Edna Roland, relatora da Conferência. Tais deliberações, listadas a seguir, têm especial interesse para se compreender, de acordo com Gala e Roland, o início da racialização da PEB, e, como consequência, os fundamentos de sua orientação para o continente africano (GALA, 2007):

- Institucionalizou-se o conceito de afro-descendentes, que se refere aos descendentes dos africanos escravizados, especialmente nas Américas. Dessa forma o conceito não tem apenas

uma referência geográfica, mas contém um sentido político que se liga à proposta das reparações;

- Escravidão e tráfico de escravos foram declarados crimes contra a humanidade,
- Apelo aos Estados envolvidos com a escravidão e tráfico de escravos para honrarem a memória das vítimas e contribuírem para restaurar sua dignidade;
- Reconhecimento de que as conseqüências passadas e contemporâneas do racismo colocam sérios desafios à paz e segurança global, à dignidade humana e à realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- Reconhecimento de que escravidão, tráfico de escravos e colonialismo contribuíram inegavelmente para a pobreza, subdesenvolvimento, marginalização, exclusão social, disparidades econômicas, instabilidade e insegurança, que afetam muitos povos de diferentes partes do mundo e requerem a adoção de programas para o desenvolvimento social e econômico em diversas áreas: tais como redução da dívida, erradicação da pobreza, fortalecimento das instituições democráticas, promoção do investimento estrangeiro, acesso a mercado, etc.;
- Pedido aos Estados para concentrarem investimentos nos sistemas de saúde, educação, eletricidade, água potável, controle ambiental, como também outras ações afirmativas ou positivas em comunidades formadas primariamente de afro-descendentes;
- Proposta para que os Países em Desenvolvimento (PEDs) enfrentem os desafios da pobreza, marginalização, etc., por meio de iniciativas como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e outros mecanismos inovadores tais como o Fundo Mundial de Solidariedade para a Erradicação da Pobreza, e que os países desenvolvidos, as Nações Unidas e suas agências especializadas, como também instituições financeiras internacionais, ofereçam através dos seus programas operacionais novos e adicionais recursos financeiros para apoiar tais iniciativas (ROLAND, 2001; GALA, 2007)

É perceptível que os debates após a conferência contribuíram para o estabelecimento de uma relação histórica mais objetiva entre escravidão e racismo, entre tráfico de negros e discriminação. Mais do que resultado do regime escravocrata, o racismo passou a ser encarado como parte integrante da escravidão, o que figura como ponto de partida de todo mecanismo discriminatório: o lugar de qualquer cidadão é definido de acordo com a cor de sua pele. Historicamente, em nosso continente, a cor da pele dos negros determinou não apenas o lugar físico – a senzala – como também o lugar social a eles permitido (GALA, 2007). Agora, o racismo estrutural, inclusive o brasileiro, estava exposto: o Estado não

poderia mais ser omissa diante do eco internacional e da transnacionalização do Movimento Negro, por isso o *voltar-se para a África*²² parecia adequado como forma de legitimação para o início de um novo governo e, particularmente, uma nova concepção de arranjo governamental mais inclusivo.

Pode-se admitir que, frente aos constrangimentos sofridos e liberdades oferecidas pelo ambiente internacional e resultante das relações entre o Estado e a sociedade, a formulação da política externa reflete sobretudo a busca por legitimidade do Estado. No caso da política externa destinada ao continente africano, esta legitimidade envolvia as características do Estado brasileiro nos períodos analisados e a amplitude das pressões exercidas pelo Movimento Negro em direção a respostas concretas (SILVA; TROITINHO, 2016). Trata-se de um Movimento que se articulou nacionalmente e se projetou internacionalmente, fazendo com que o silêncio frente o racismo fosse uma resposta insustentável. Portanto, não se trata pura e simplesmente de uma vinculação do Partido dos Trabalhadores (PT) com as minorias, nem tampouco a geração USPiana de FHC, antigo aluno de Florestan Fernandes.

As respostas deveriam aparecer. No ano de 2002, imediatamente após Durban, é instituído, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas. E, mais importante para o presente trabalho, a instituição do Programa de Ação Afirmativa (PAA) - Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia²³, ainda sob o governo de FHC e vigente até os dias de hoje, com o objetivo de reparar as injustiças e trazer a representatividade da população negra para um dos órgãos de maior importância do país. É no Pós- Durban que o presidente Fernando Henrique Cardoso se viu impulsionado a declarar em público a existência do preconceito racial no país. É no Pós-Durban que a agenda política do Movimento Negro brasileiro tornou-se internacional e globalizada. De imediato, já no início do Governo Lula (2003-2011), criou-se um órgão em âmbito federal com status de ministério, para tratar da questão racial, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

²² Os negros brasileiros reafirmam sua vinculação identitária com a África e proclamam o propósito de estreitar relações com os povos africanos. Por isso, explica, a formulação *voltar-se para a África*, que é própria do imaginário negro brasileiro e, como tal, aparece inscrita no Programa de Governo da Coalizão Lula Presidente (GALA, 2007).

²³ O Programa de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco (IRBr) constitui-se em uma “Bolsa-Prêmio”, com duração de dez meses, para que estudantes negros portadores de diplomas de nível superior possam se dedicar aos estudos preparatórios ao ingresso na carreira diplomática. O Programa contou com os esforços da Fundação Palmares, do MRE e de representantes da SEDH.

É necessário sublinhar aqui o papel da África nessa transnacionalização, já que o papel do continente é preservado, não mais como referência mítica, mas como parceira e aliada em uma luta, de escopo internacional, por medidas que visem a combater os efeitos do racismo e da discriminação racial, bem como da pobreza, na própria África e também nos países da Diáspora, onde estejam instaladas as comunidades afro-descendentes (GALA, 2007). De imediato, o governo respondeu, em seus discursos oficiais e não oficiais, a demanda pelo vínculo interno/externo referente à luta antirracista e a PEB voltada para a África de forma positiva e alcançável.

São os valores e atitudes representados nesse quadro que incidiram sobre a formulação e implementação da Política Externa para a África do Governo Lula. São eles os elementos que irão impactar sobre as escolhas políticas e, em particular, sobre os argumentos de racionalização da política africana, da mesma forma como passaram a ser essas as regras e pressupostos nos quais o comportamento dos atores políticos deveria estar baseado (PINHEIRO, 2001). Assim, nesse contexto, é criado o Programa de Governo da Coligação Lula Presidente, contendo um encarte especial: “Brasil Sem Racismo”. Entre as medidas elencadas no encarte, o compromisso de *voltar-se para a África*. Criado em 2003, sob os comandos de Matilde Ribeiro, o programa parece exibir uma síntese de todos esses ensejos. Sobre a referência à volta à África no Programa de Governo, explicita-se que:

(...) Ao longo da estruturação do Movimento Negro no Brasil, houve sempre uma compreensão de que a libertação e a inclusão da população negra no sistema político dos países era um elemento fundamental para a constituição da democracia. A África sempre se apresentou ao Movimento Negro por diferentes caminhos, mas como sendo uma referência existencial para os afro-brasileiros, considerando o histórico da escravidão. Ao longo da história, foi sendo construída uma crítica contundente contra o Estado brasileiro, considerando a forma como tratou os africanos escravizados e seus descendentes no Brasil. A partir desse campo, a relação com a África sempre foi tratada como um eixo estruturante, um eixo existencial, embora às vezes de maneira muito romântica (RIBEIRO, 2003).

Neste encarte, verifica-se a proposta de uma vinculação (até então inédita) entre a PEB para a África e a importância da promoção da igualdade racial e a luta contra o racismo no Brasil, fruto da pressão exercida pelo Movimento ao Estado que fez surtir a proposta do *voltar-se para a África* e fez produzir uma convergência temática responsável por legitimar múltiplos interesses associados a uma parceria entre o Brasil e os países africanos (GALA, 2007). O mesmo converteu-se, desde o início do Governo Lula, em 1º de janeiro de 2003, em uma das prioridades da Política Externa Brasileira, conforme anunciou o próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a todos os Embaixadores e demais chefes de missões diplomáticas

africanas em Brasília, no dia 31 de janeiro de 2003, quando os recebeu para uma audiência coletiva no Palácio do Planalto. (SILVA; TROITINHO, 2016).

No que tange às relações africano-brasileiras em aspectos de cooperação internacional e interesses estratégicos, a disposição do Governo pôde confirmar-se ao identificar a abertura de diversas embaixadas brasileiras no continente em países como Camarões, Botsuana, Zâmbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe (LEITE, 2011). Ademais, foram recorrentes as viagens realizadas pelo presidente Lula e o Chanceler Celso Amorim ao continente, no total de 28 e 67, respectivamente, em oito anos (RIZZI, 2014, p. 191). Em relação às relações comerciais, tal aproximação foi significativa, já que o fluxo entre Brasil e África aumentou mais de 400% desde o início do governo Lula, atingindo o patamar de US\$ 26 bilhões em 2008 (MRE, 2009).

Em suas visitas, é importante destacar que tanto em Luanda quanto em São Tomé e Príncipe, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva discursou sobre o dever moral -justificativa interna- e a necessidade estratégica -justificativa externa- desse aprofundamento de relações. Pode-se dizer que os pilares da PEB para a África se deram da seguinte forma: laços históricos e afinidades culturais como valores, dever moral e necessidade estratégica como aproximação, desafios comuns e aliança contra a exclusão social como premissas, estender a cidadania plena aos cidadãos como objetivo comum e estabelecimento de cooperação bilateral e fortalecimento de articulação conjunta nos organismos internacionais como metodologia. Pela primeira vez, não por acaso, no Governo Lula o público interno brasileiro, especialmente os negros, mas também todos os que se identificam com a nova cultura política, emerge como instância legitimadora explícita da PEX para a África (GALA, 2007).

Conseqüentemente, essa legitimação interna revela-se o mais novo pilar de sustentação da política africana do Brasil. Entre as categorias analíticas anteriormente sugeridas – valores, justificativas, premissas, objetivo e metodologias, propõe-se incluí-lo na primeira, posto que a legitimidade tende a ser compreendida como componente intrínseco da ação diplomática de países democráticos. Dessa forma, a participação de outras agências governamentais como o Ministério da Cultura e a SEPPIR ampararam o Estado brasileiro, a fim de transformar seu capital cultural afro-brasileiro em estratégias para o estabelecimento de parcerias com os países africanos e para a promoção do desenvolvimento em diversas áreas como saúde, educação, formação profissional, administração pública, tecnologia da informação e demais áreas de cooperação técnica (LESSA, 2012, p.106; SILVA; TROITINHO, 2016).

No campo intergovernamental, a Ministra Matilde Ribeiro, em seus discursos, se propôs a dedicar três anos de sua pasta para “um aprendizado”, com o objetivo de conhecer, de uma maneira institucional, a realidade africana e, ao mesmo tempo: “(i) poder dialogar com os colegas ministros e gestores dos países africanos. (ii) ofertar os instrumentos de relação bilateral em torno da agenda racial e (iii) contribuir para os processos no Brasil com os outros ministérios de aproximação com a África”(GALA, 2007). Portanto, o encarte racial nas relações africano-brasileiras, cuja especificidade repousa na natureza híbrida de seu objeto e na preponderância, entre seus agentes, das representações do Movimento Negro e dos próprios negros, que, também nesse mesmo período, ganharam, pelo menos no nível oficial, uma possível nova identidade como parte da Diáspora africana, não ensejou respostas à altura e ações concretas (GALA, 2007, p.176).

Conforme discursado, visitas dos representantes da SEPPIR foram realizadas em Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde e África do Sul. Porém, o que se identificava como interesses recíprocos, entre Brasil e África, não era tão comum assim, exceto no caso Brasil- África do Sul. Diante disso, a vinculação entre o interno e o externo que atribuiu características inovadoras à política africana do Governo Lula deixou de alcançar os objetivos pretendidos, na medida em que não se desenvolveu uma agenda específica capaz de responder plenamente à expectativa de que as relações com a África poderiam ser utilizadas a fim de promover, no Brasil, a igualdade racial e a luta contra o racismo (GALA, 2007, p.178).

O vínculo interno e externo, o qual o ator tanto exigiu como estratégia de elevação, pressupunha a atenção em relação às questões identitárias e subjetivas mas, ao mesmo tempo, materiais. O que o Movimento Negro buscava era uma parceria de interesses compartilhados em relação ao antirracismo, em que, a partir de relações multilaterais, mecanismos de combate conjuntos pudessem ser criados e reforçados, a saber, o que o ator buscava era a inserção do pilar etnicorracial nas relações africano-brasileiras, e não a sua dispersão em outros pilares.

Dessa forma, gostaria de questionar: seria uma demanda possível, oportuna, promissora, aglutinadora? Ou seria apenas uma orientação imaginária, em torno de um ideal retórico, que acionaria uma dimensão simbólica, mistificadora ou mítica, de uma única África, que extrapola e dissimula demandas concretas do movimento e o projeta para uma idealidade essencialista e, portanto, imprópria em relação aos horizontes realistas, plurais e esfacelados dos movimentos sociais contemporâneos? Seria a idealidade essencialista uma

falácia oportuna para o Movimento se reinventar e conseguir, finalmente, fazer ecoar sua voz no cenário internacional?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta escrita teve como ponto de partida a constatação de uma crença, inicialmente, especulativa, e carregada de subjetividade: a de que pensar e analisar o Movimento Negro Brasileiro é pensar e analisar uma questão relevante, ainda que pouco tratada, do ponto de vista das Relações Internacionais (RI). Com o esforço dos estudos, ocorreu a percepção de que não se trata de uma crença individual, mas sim de uma realidade pujante, mas com pouco respaldo em um campo ainda alheio às categorias de análise que possibilitam enxergar processos de exclusão e marginalização social. Confesso que, atualmente e (muito) felizmente, não tão alheio assim, diante da inserção dos estudos feministas e pós-coloniais como abordagens críticas no campo das RI, os quais têm desvelado paradigmas marcadamente eurocêntricos, brancos e masculinos, possibilitando outros olhares, vieses analíticos, outros sentidos e outras discussões. Dentre elas, a que aqui me permiti discorrer e analisar, buscando exercitar a ótica do Movimento Negro Brasileiro Contemporâneo na Política Internacional.

Inicialmente, me propus a discutir e identificar de que forma se deu o protagonismo desse “ator” no ineditismo da vinculação entre a luta interna contra o racismo e o projeto externo de “voltar-se para a África”. A vinculação, até então, aparecia no campo discursivo, tanto nas falas do então presidente Lula (2003) quanto pelos responsáveis pela condução da PEB, como uma resposta imediata para um “ator” que não poderia mais ser silenciado, para, assim, conseguir a tão esperada legitimidade interna e externa. Externa, pois o ambiente sistêmico exigia mecanismos em prol do antirracismo, diante do crescimento das Conferências Sociais e da estruturação do Sistema Internacional de Direitos Humanos. Interna, pois esse “ator”, como se pôde compreender ao longo dos capítulos, passou por transformações que o tornaram um agente político transnacional.

De uma organização com caráter puramente nacionalista, no início do século XX, em um contexto que foi por longo tempo e por vozes relevantes da academia e da política reconhecido como um cenário de democracia racial, o Movimento, após as críticas dos anos 50 e 60, e particularmente com a abertura política pós-ditadura civil-militar (1985),

desenvolveu outros enunciados em sua agenda política, construindo um novo imaginário com vias racionais e estratégicas de resistência.

Aqui, o movimento da Negritude foi de suma relevância, pois serviu como um instrumento de valorização e emancipação dos corpos negros, a partir da tomada de consciência racial e da abertura ao externo, principalmente aos movimentos em muitos outros países que revalorizavam o continente africano. Influenciados por Aimé Césaire e Frantz Fanon e em contato com as lutas de libertação dos países africanos, os (as) militantes negros(as) incluíram novos enunciados e articulações que se faziam cada vez mais amplas, com base na construção e fortificação de uma identidade negra multicultural e, assim, desenhando uma atuação transnacional de luta.

No bojo de contextos transnacionais de trânsito de idéias, informações e pessoas, a ligação com o continente africano tornou-se central na conformação da identidade e na potencialização do alcance da luta antirracista. Essa ligação, portanto, material e imaginária, foi essencial para a elevação do Movimento enquanto agente de PEB. Afinal, diante de todo o estudo crítico que aqui realizei, ao considerar aquele continente um território imaginário minimamente sistematizado para dar combustível à necessidade de se forjar uma identidade negra, o Movimento deu sentido e potencial para sua luta e para existir social e politicamente, da mesma forma que ao se autodenominar como singular, concebendo uma idéia de movimento único e coeso – mesmo não o sendo-. Nesse processo, conseguiu singularizar e fazer ecoar sua voz e suas demandas, tornando-se visível na pauta de Relações Exteriores entregue pelo Movimento na Marcha sobre Brasília, em 1995.

Caso assim não fosse, o Movimento Negro não teria se tornado uma variável explicativa importante sobre a conduta estatal no nível internacional e doméstico sobre a questão racial, processo que se confirmou nos anos 2000 durante os antecedentes preparatórios e a negociação em si da Conferência de Durban. Assim, é importante destacar que, como se trata de uma análise do campo das Relações Internacionais, em que as dinâmicas internas e externas se entrelaçam e se influenciam de forma dinâmica, cada dia de forma mais complexa e múltipla em razão da agilidade de informações e da mobilização dentro e fora do Brasil, tal uso do imaginário e dos significantes anteriormente citados foram imprescindíveis para a elevação daquele “ator”. Mesmo diante das mudanças institucionais e do novo contexto sistêmico, os quais são geralmente concebidos como fatores determinantes e singulares, excluindo a história de resistência e articulação do Movimento.

Portanto, me permito responder às indagações feitas ao fim do capítulo. O imaginário, sem dúvidas, carrega símbolos e valores e imprime sentidos. A necessidade constante de se reinventar, de uniformizar o Movimento e de ecoar enunciados oportunos sobre uma identidade negra multicultural configurou-se como uma estratégia para o Movimento atuar como um agente político, ou seja, um ator de impacto, de formulação. O Brasil realmente voltou-se para a África, comercialmente, economicamente e diplomaticamente, como já demonstrado, e grande parte dessa aproximação se deve à atuação do Movimento Negro, que, mesmo tendo como demanda o eixo étnico-racial como pilar da relação, obteve como resposta desdobramentos significativos nos eixos econômico, político, militar, técnico e no que tange à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Assim, o que aconteceu foi uma dispersão do eixo étnico-racial em uma agenda economicista e estratégica. É válido destacar que tentativas, mesmo que incipientes, foram realizadas por parte da SEPPIR, órgão com competência para estabelecer o diálogo e a parceria desejável entre a comunidade negra brasileira, de que ela seria a principal porta-voz oficial, e os países africanos.

Mas como construir, em torno de um objetivo comum – o combate ao racismo –, um eixo étnico-racial de cooperação com países que não vivenciavam, ao menos não na escala brasileira, o racismo e a desigualdade racial como categorias de discriminação cotidiana? Com exceção da África do Sul, esse eixo, em um primeiro momento, teria dificuldades para receber respostas concretas. A África do Sul se encontra em um caso específico, diante do fato de que o racismo foi erigido como doutrina de Estado, regulando por completo a vida econômica, política e as relações sociais até meados da década de 1990. Portanto, uma parceria entre a SEPPIR, o MRE e a Fundação Palmares poderia surtir efeitos concretos para o vínculo entre a luta antirracista e o voltar-se para a África, mas, especificamente, para a África do Sul.

Percebe-se aqui, de imediato, o quanto o “voltar-se para a África” carregava consigo formulações míticas e místicas acerca do continente, que justificavam aspirações particulares. Portanto, o silenciamento sobre o eixo não seria a resposta adequada, pois a vinculação entre a luta antirracista e a PEB voltada para o continente africano poderia até ser oportuna, mas, para isso, caberia secundar a SEPPIR na promoção do diálogo com os parceiros africanos sobre temas afetos à inclusão social. Isso, caso fosse possível elaborar uma agenda diplomática que assegurasse o aporte africano aos esforços nacionais de luta contra o racismo, sugerindo, por exemplo, maior participação de Chefes de Estado e de Governo africanos em eventos no Brasil, que servissem à promoção dos interesses da comunidade negra brasileira, ou ainda

redesenhando, como possível e onde cabível, o conjunto das relações com a África à luz da importância, para a sociedade brasileira, da desconstrução de mitos e preconceitos sobre a África e os africanos, no contexto das reflexões sobre a identidade brasileira (GALA, 2007, p. 179).

Infelizmente, a política africana do Brasil envolvida na promoção do antirracismo não se converteu em uma política de Estado. Dependia de como seria formulada, apresentada e implementada, tanto no âmbito do próprio governo, quanto perante a sociedade, com vistas a tentar assegurar sua legitimidade. Considerei, por outro lado, a atuação da SEPPIR como mediadora desse vínculo, diante de sua proposição na atuação internacional, tanto no empenho para manter o combate à discriminação e a intolerância como tema de pauta das organizações multilaterais e fóruns internacionais pertinentes, quanto ao estreitamento das relações com o continente africano, o qual retoma um compromisso político, moral e histórico, porém, tal caminho também, historicamente, acabaria por não ter êxito, já que recentemente (2016) a mesma foi extinta como instituição de peso político e absorvida pelo Ministério da Justiça e da Cidadania, reduzindo sua importância e seu escopo de atuação.

Ou seja, a história é movediça e o cenário é incerto, e um tanto quanto contraditório: vivenciamos a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), estipulada pelas Nações Unidas, e pouco tem sido feito no âmbito internacional sobre o combate ao racismo sofrido pela população negra, sobretudo no Brasil. Por isso, mesmo que a defesa dos direitos humanos, no âmbito interno e internacional, possa ser considerada ameaçada, prefiro insistir na perspectiva de que a luta antirracista deva se reerguer a cada dia: por mais planos de ação conjunta entre governos, por maior cooperação técnica e de desenvolvimento na esfera de promoção da igualdade racial.

Esta monografia é, portanto, o resultado de um esforço de estudos em que se pretende ler acontecimentos históricos e enfrentar alguns debates teóricos e conceituais, a fim de dar mais um passo para materializar tal perspectiva, apesar de constatar um retrocesso. O Movimento Negro se reinventou, se recriou e resistiu por décadas, não será agora seu esfacelamento, afinal, acompanhando a reflexão de Lília Schwarcz, ainda há muito que fazer em um espaço que fez da desigualdade uma etiqueta e da discriminação um espaço não formalizado (SCHWARCZ, 2012)

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro, 2007.
- BASTIDE, Roger. **Brésil, terre des contrastes**. Paris: L'harmattan, 1957.
- BONNIOL, J-L. **La “race”, inanité biologique mais réalité symbolique efficace**. Mots: les langages du politique, Lyon: ENS Éditions, n. 33, p. 187-195, déc. 1992.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth R. **Historiografia, deslocamentos e africanidades**. Revista UEG, v.1, n 9, 2007.
- CAYRES, Domitila. **Ensaando aproximações de gênero e raça a luz do olhar pós colonial**. Periódico UFES, 2011.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. Org. Carlos Moore. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e os desafios da descolonização africana**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: Alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo. Vol.23, 2007.
- _____. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. DIMENSÕES . Vol. 21, 2008.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1968.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.
- FONTAINE, Pierre-Michel. **Blacks in the Search for Power in Brazil** in FONTAINE, Pierre-Michel. **Race Class and Power in Brazil**. Center for Afro-American Studies, University of California, Los Angeles. 1985. Pp. 56-72.
- GALA, Irene Vida. **A Política Externa do Governo de Lula para África: A Política Externa como Instrumento de Ação Afirmativa... Ainda Que não só**. Brasília: Instituto Rio Branco. 2007.

GILROY, Paul. **The Black Atlantic: Modernity and double consciousness**. Cambridge: Harvard University Press. 1993.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra**. Novos Estudos. CEBRAP. 2008.pp 99-114

_____. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende (ET AL). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **The question of cultural identity**. Polite Press, Open University Press, 1992.

HASENBALG, Carlos A. **Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil**. In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, CCB, 1996.

HEGEL, G.W.F. **Filosofia da História**. Brasília: EdUnB, 1995.

HESSE, Barnor. **Implausible Deniability: Racism's Conceptual Double Bind**. *Social Identities*, Vol. 10, 9-29, 2004.

MAIO, Marcos Chor. **O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 1998, vol.5, n.2, pp.375-413.

Memorial da democracia. **Marcha Zumbi de Palmares contra o Racismo, pela igualdade e a vida. 1995**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia/docset/910>>. Acesso em: 02/08/2017.

MILANI, Carlos R. S. **Atores e agendas no campo da Política Externa Brasileira de Direitos Humanos**. In: Leticia Pinheiro; Carlos R. S. Milani (orgs.). *Política Externa*

Brasileira: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: FGV, 2012, v. 1, p. 33-70.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. Estatuto do MNU. II Congresso Nacional do MNU Belo Horizonte, 1981. In: MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

MRE. **Direitos Humanos e temas sociais**. 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/direitos-humanos-e-temas-sociais>>. Acesso em 10 abril 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. Revista USP. São Paulo. 2005.

MUNANGA, Kabengele. **História do negro no Brasil**. v.1 Brasília: Fundação Palmares, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. 2a ed. São Paulo, Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia** In. BRANDÃO, André Augusto Pereira (org.) *Cadernos Penesb*. 5, 2003.

NASCIMENTO, Abdias & NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997**. In. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn. (Orgs.) *Tirando a Máscara . Ensaio sobre o Racismo no Brasil*. São Paulo. Paz e Terra/SEF. 2000. Pp 203-236.

NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**. Editora GRD.1968. O antirracismo no Brasil e a Conferência de Durban: identidades transnacionais e a constituição da agenda política do Movimento Negro (1978-2010) (TRAPP, 2011)- *Cadernos do CEOM- Ano 24 nº35- Identidades*

ONU. **Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

PALMARES. **Fundação Cultural Palmares**. 2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em 05 abril 2017.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

PINTO, Regina Pahim. **Movimento Negro e Etnicidade**. Estudos Afro-Asiáticos. No. 19. 1990. Pp. 109-124

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis**. Tradução de Dalton L. G. Guimarães, Feliciano de Sá Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda Revista de Sociologia e Política, v. 18, n. 36, pp. 147-174, 2010.

REIS, Marilise Luísa. **Diáspora como movimento social**. Repositório UFSC, 2012.

SANTOS, Márcio André de O. **Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros**. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. (org). Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll; ActionAid, pp. 227-258, 2009.

SANTOS, Sales Augustos. **Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: um Balanço**. Revista de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe. 2014.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília: EdUnB, 1997.

_____. **Política exterior do Governo Lula: o desafio africano**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 45, n.2, Brasília, jul./dez, 2002.

SCHADEN, Egon. **A UNESCO e o problema racial**. Revista de antropologia. V.1. 1953.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. Claro Enigma. 2012.

_____. **O Espetáculo das Raças– cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **O racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha. 2001.

_____. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. Afro-Ásia, 18, 1996.

SEPPPIR. **Política Nacional de promoção de Igualdade racial**. 1996. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-seppir/pnpir.pdf/view>>. Acesso em: 02/08/2017.

SILVA, Marcelo L. **A história no discurso do Movimento Negro Unificado**: os usos políticos da história como estratégia de combate ao racismo. Campinas, SP, 2007. Dissertação (Programa de pós graduação em História) – UNICAMP, Campinas, 2007.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

TRAPP, Rafael Petry. **A Conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978-2001)**. 2013. Repositório Institucional PUCRS, <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5666>>.

_____. **O antirracismo no Brasil e a Conferência de Durban**: identidades transnacionais e a constituição da agenda política do Movimento Negro (1978-2010). Cadernos do CEOM. Ano 24, nº 35. 2011.

UNESCO. **Africadepartament**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/africa/>>. Acesso em 05 abril 2017.

YOUNG, Robert J.C. **Postcolonialism**: a very short introduction. Oxford University Press, 2003.